AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ❑ VOL 22 ❑ Nº 02 ❑ FEVEREIRO DE 2002 ❑ R$ 6,00



A vez do SOLO

O Plantio Direto produz uma agricultura sustentável e pode ser uma saída para a crise energética no Brasil

ALCA
O que dá dinheiro é posicionamento estratégico

BM&F
Boi gordo para quem não gosta de incertezas

CACAU
A previsão é de uma oferta inferior à procura

AVES
O Brasil aproveita demanda mundial em alta

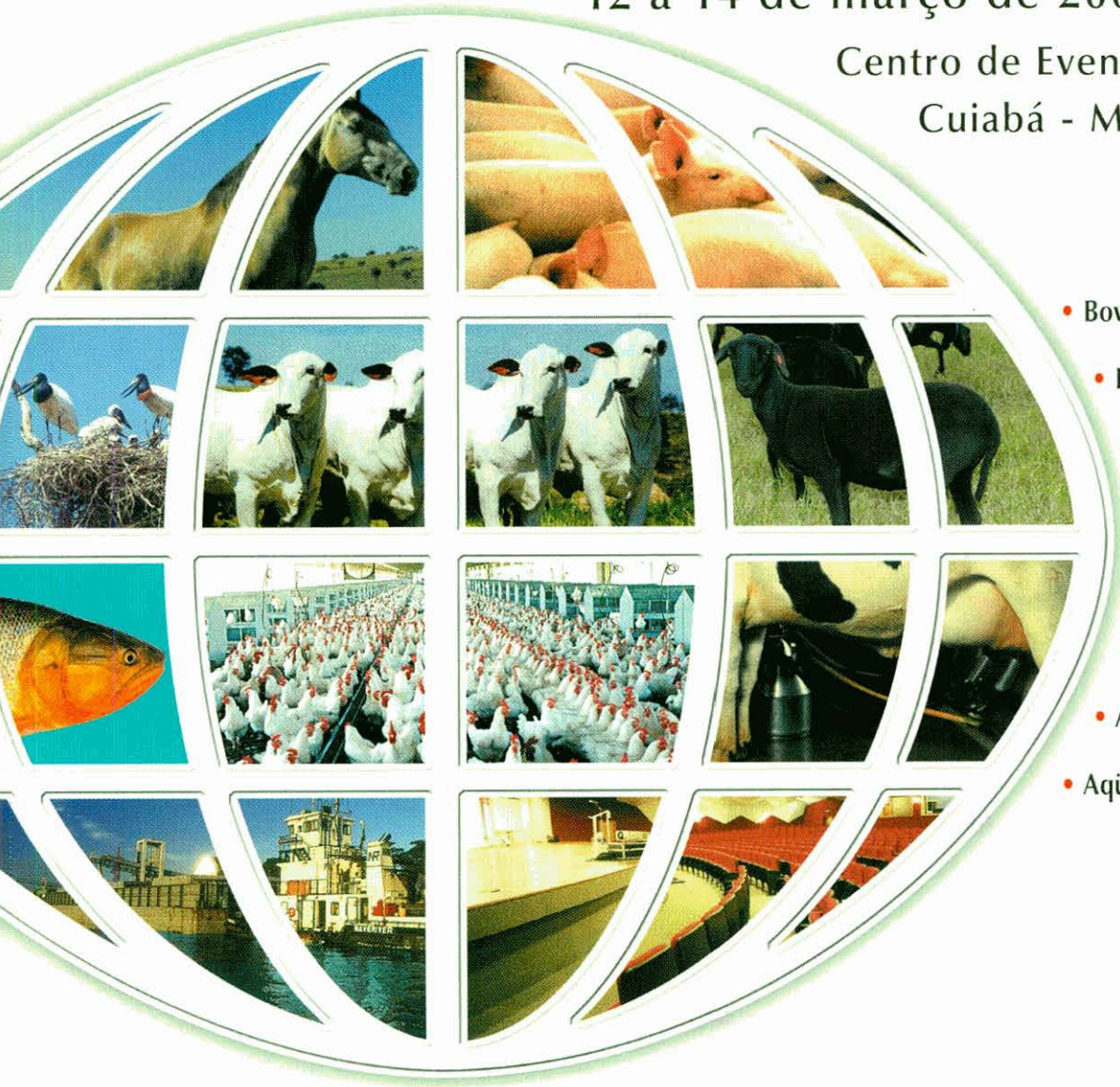
FGV
IBRE

ENIPEC 2002

ENCONTRO INTERNACIONAL DOS NEGÓCIOS DA PECUÁRIA

12 a 14 de março de 2002

Centro de Eventos do Pantanal
Cuiabá - Mato Grosso



- Bovinocultura de corte
- Bovinocultura de leite
- Suinocultura
- Avicultura
- Ovinocultura
- Eqüideocultura
- Apicultura
- Aqüicultura

Palestras • Feira • Rodada de Negócios

CONFIRME SUA PARTICIPAÇÃO

Você não pode ficar de fora deste cenário de oportunidades.

Realização:

FAMATO
Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso

Governo de Mato Grosso

SICM
Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração

SENAR MATO GROSSO
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SAAE SECRETARIA DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

IMEA
Instituto Mato-Grossense de Economia Agrícola

Apoio:

CNA

SEBRAE

Prefeitura de CUIABÁ

FEEF MT
Fundo Emergencial da Febre Aftosa do Estado de Mato Grosso

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

VÁRZEA GRANDE
SEMPRE TRABALHO

Tel.: (65) 617-4426

www.enipec.com.br

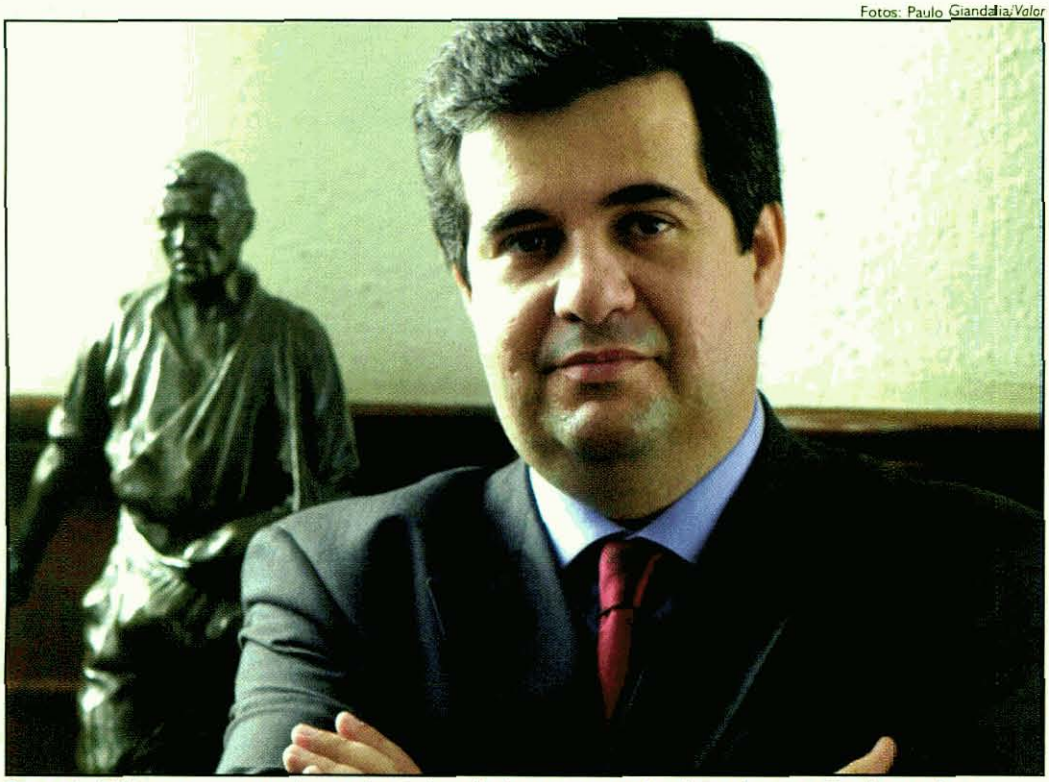
INSCRIÇÕES E RESERVAS DE STANDS

Somos modernos

Para o atual presidente da Sociedade Rural Brasileira, quem não se modernizar não sobreviverá

POR
MÁRCIO BUENO

Fotos: Paulo Giandalia/*Valor*



Sampaio Filho: o aumento da produção brasileira correspondeu à modernização do produtor

"Nós pretendemos participar, ao lado de representantes do governo, de todos os encontros, reuniões, fóruns de discussões e negociações agrícolas: OMC, Mercosul, Alca, União Européia etc." Essa é uma das principais determinações do presidente eleito da Sociedade Rural Brasileira (SRB), o economista e produtor rural João de Almeida Sampaio Filho, cuja posse está programada para o próximo dia 25 de fevereiro. Apesar de jovem – está com 36 anos –, o novo presidente da SRB já é veterano como militante classista. De 1994 a 1998, foi presidente da Associação dos Heveicultores de Mato Grosso (Ahevea), que é a associação dos produtores de borracha, e também presidente da Comissão Nacional de Borracha Natural, da Confederação Nacional da Agricultura, de 1996 até o início deste ano. Sampaio acha que o Brasil tem que negociar a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), nem que seja para tentar eliminar os subsídios norte-americanos às exportações. Ele considera a Alca importante, mas elege como mais importantes ainda a União Européia e o Oriente. Nessa entrevista a AgroanalysiS, Sampaio deixa claro que pretende seguir a linha pluralista e progressista adotada pelo seu antecessor na SRB, Luiz Haffers.

Quais são os seus planos à frente da Sociedade Rural Brasileira?

— Eu acho que é importante, em primeiro lugar, tentar manter o rumo traçado por Luiz Haffers, de posicionamento público da Sociedade Rural Brasileira. Ele conseguiu colocar a SRB num nível de debate de primeira linha, sempre propondo soluções e não somente apontando problemas. Depois, nós gostaríamos de ter uma atuação bem setorizada e focando em alguns pontos que são básicos dentro da Sociedade Rural, que seriam a cafeicultura, a pecuária (de corte e leiteira), citricultura, açúcar e álcool e grãos de um modo geral.

Essas são as prioridades?

— A SRB é uma entidade política, atuando institucionalmente, pressionando o governo, apontando soluções. Então nós vamos atuar de maneira muito enfática, pedindo uma reforma tributária urgente, a complementação da reforma trabalhista, solicitando que o governo enxergue realmente o agronegócio, a agricultura, a pecuária, enfim, que encaminhe a solução para os problemas que o Brasil ainda enfrenta. Afinal, desde que o presidente Fernando Henrique foi eleito, o agronegócio foi o único setor superavitário em todos esses anos e em volumes consideráveis.

Vocês contam com uma bancada expressiva no Congresso, fechada com as propostas da SRB?

— A SRB não tem bancada. A bancada ruralista não é da Sociedade Rural, nem da CNA – Confederação Nacional da Agricultura. É uma bancada que age de acordo com os interesses de todo o setor. A SRB eventualmente conversa com esses deputados, mas conversa também com outros e isso se deve à postura de Luiz Haffers, que conseguiu ter um posicionamento multipartidário. Por exemplo, a Sociedade Rural tem um excelente relacionamento com o PSDB e tem também um excelente relacionamento com o PT, que foi desenvolvido na gestão de Luiz Haffers. Isso é até um desafio para mim, conseguir manter partidos tão diferenciados apoiando os pleitos da Sociedade Rural.

■ A SRB é uma entidade centenária e sempre teve uma imagem conservadora junto à sociedade. As últimas gestões, especialmente a de Luiz Haffers, procuraram mudar essa imagem. Seu pensamento é de avançar nessa direção?

— Nós, da Sociedade Rural, temos o dever e devemos ter a competência de mostrar para a sociedade brasileira que somos modernos. Eu digo que a modernização do procutor rural, do fazendeiro, é inexorável. Quem não se modernizar, não sobreviverá. E essa modernização em grande parte já ocorreu e continua ocorrendo. O aumento da produção brasileira se deu 100% em virtude da modernização do produtor. E a Sociedade Rural quer, como ninguém, encampar e mostrar isso para a sociedade. Quer dizer, nós já somos modernos e queremos ser mais ainda.

■ A SRB, como a maioria das entidades de classe no Brasil, deve ter problemas sérios de sustentação financeira. Como esse problema vai ser enfrentado?

— Até a década de 70, a Sociedade Rural era uma entidade geral do agronegócio, mas que representava basicamente a cafeicultura. Com a modernização e o fortalecimento de outras culturas, hoje a entidade não se restringe a representar quase que exclusivamente o cafeicultor. Nós queremos tentar agregar toda a gama de produtos para trazer esses fazendeiros, mostrando a importância da Rural. Queremos passar a ser uma entidade prestadora de serviços, não somente institucionais, políticos, mas também serviços técnicos, básicos. Nós temos a meta de sermos agentes da rastreabilidade, nós podemos certificar a rastreabilidade de produtos. Temos também o projeto de atuar na área de seguros como fonte de receita.



A Sociedade Rural tem um excelente relacionamento com o PSDB e tem também um excelente relacionamento com o PT, que foi desenvolvido na gestão de Luiz Haffers. Isso é até um desafio para mim, conseguir manter partidos tão diferenciados apoiando os pleitos da Sociedade Rural.

■ Quais são os três principais problemas da agropecuária brasileira?

— O principal são as barreiras comerciais nos países para os quais pretendemos vender. O protecionismo gera o que considero o segundo problema, que é a baixa rentabilidade, preços deprimidos, o que se agrava com os custos de produção elevados por causa dos problemas tributários e trabalhistas. A desoneração, a redução dos tributos vai gerar uma margem melhor. Então, pela ordem, os maiores problemas são o protecionismo, a questão tributária e por fim os problemas indígena e fundiário.

■ O protecionismo é um problema complexo, porque, assim que se derruba uma barreira, os países de Primeiro Mundo inventam outras. Cai a barreira tributária, eles inventam a sanitária, cai a sanitária, inventam a ambientalista, depois a trabalhista etc. Como a SRB pretende atuar para enfrentar a questão?

— Nós pretendemos participar, ao lado de representantes do governo, de todos os encontros, reuniões, fóruns de discussões e negociações agrícolas: OMC, Mercosul, Alca, União Européia etc. Nós queremos estar sempre presentes. Se vai um embaixador, um ministro participar de um encontro, nós vamos tentar nos fazer presentes porque nós conhecemos os problemas e o que precisa ser feito para enfrentar essas barreiras muito mais que as autoridades. Parte do mérito pelo que o Brasil conseguiu na área agrícola é de um ex-presidente da SRB, Pedro Camargo, que conhece como poucos essas negociações internacionais. A Sociedade Rural tem que estar presente na questão que está se abrindo na OMC sobre o subsídio aos produtores de soja norte-americanos e também no que pode vir a ser discutido, que é o subsídio dos Estados Unidos aos produtores de algodão.

■ Em relação à questão tributária, o que mais preocupa e como será a sua atuação nessa área?

— A questão tributária é uma questão macroeconômica, não é uma questão só rural, é um problema brasileiro. A mesma reclamação que tem o pessoal da indústria, temos nós, do campo. A cumulatividade de tributos é um absurdo. Tomando o caso de uma cadeia produtiva que eu conheço bem, que é o da borracha. No seringal, quando vendo meu produto para uma usina, eu pago PIS e Cofins, quando a usina vende para a indústria de pneumáticos, paga PIS e Cofins, quando a indústria de pneumáticos vende para o revendedor de pneus, mais PIS e Cofins, e quando o revendedor vende para o consumidor final, PIS e Cofins de novo. Isso é o maior absurdo do mundo. Isso é colocar tributo em cima de tributo, fazendo juro composto, que é um *nonsense* completo.

O senhor disse que os problemas fundiário e indígena também preocupam. Por quê?

— No Mato Grosso do Sul, o posicionamento das ONGs ambientalistas e de alguns antropólogos, de quererem aumentar as reservas indígenas, é um problema que preocupa muito. Na gestão Luiz Haffers, a SRB atuou de maneira extremamente positiva, pregando a não-violência, defendendo a solução dos problemas por meios jurídicos, legais. Foi uma postura única, que deu resultados positivos. Mas os conflitos nos preocupam muito porque desestimulam a produção no campo. Em algumas regiões, houve uma grande desvalorização do preço das terras. No estado de São Paulo, entre as regiões mais atrasadas em relação à produção agrícola estão os locais de problemas fundiários como, por exemplo, o Pontal do Paranapanema. Quem é que vai investir na região se vai estar permanentemente correndo riscos?

Como o senhor avalia a atuação do governo?

— O ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, atuou diminuindo as tensões, determinando, por exemplo, que a fazenda invadida deve ficar dois anos sem vistoriar e impedindo o assentamento dos que participam de invasão. Isso tem melhorado. A gente ainda não conseguiu mostrar para a sociedade que a intenção do MST não é ter terra, o problema deles é político e ideológico. O governo atual deu muita terra, área que somada já ultrapassa 10 milhões de hectares para 500 mil famílias, e ninguém verificou ainda o que isso produziu. O que custou já se sabe que é uma montanha de dinheiro. E o que isso gera de recursos, de divisas, de empregos? E eles estão sempre querendo mais terra, mais, mais e mais, até quando?

Na sua opinião, não existe objetivamente nessa área uma questão social importante?

— Eu acho que existe hoje menos do que há quatro ou cinco anos. Mas eu acho que a sociedade brasileira já está começando a enxergar que esse pessoal está precisando de emprego, não de terra. Distribuir terra e não dar condições significa que daqui a pouco eles vão ser sem-terra de novo. É preciso saber se a sociedade está disposta a dar terra e continuar bancando, com cestas básicas e dinheiro a fundo perdido. Talvez o assentado não devesse plantar feijão, mandioca, arroz, culturas que devem ser feitas em larga escala, em grandes plantações, com alta produtividade. Talvez o assentado devesse trabalhar com frutas, com hortaliças e até com seringueiras. Na Malásia, na Tailândia, a produção local é baseada em micro e pequenos produtores, mas eles têm culturas permanentes. O governo de lá doou a terra, doou a plantação e aqui no Brasil a gente está dando a terra para esse pessoal, mas a condição não é adequada. Não adianta dar a terra e mandar esse pessoal produzir arroz, feijão e mandioca. Vai ser subsistência pura e vão continuar vivendo miseravelmente. É preciso dar a terra e ensinar a produzir, por exemplo, frutas, já que o nosso potencial para a fruticultura é maravilhoso, é imenso. O foco de só produzir cultura de subsistência é errado.



Não adianta dar a terra e mandar esse pessoal produzir arroz, feijão e mandioca. Vai ser subsistência pura e vão continuar vivendo miseravelmente. É preciso dar a terra e ensinar a produzir frutas, já que o nosso potencial para a fruticultura é imenso. Só produzir cultura de subsistência é errado.

Em relação ao desenvolvimento econômico sustentável, respeitando os parâmetros ambientais, qual é a sua posição?

— Esses projetos estão crescendo e eu sou favorável. Eu mesmo trabalho com uma cultura ambientalmente correta, que são os seringais que tenho em Jaciara, perto de Rondonópolis, em Mato Grosso, e em Barretos, no estado de São Paulo. Atualmente, 93% da borracha produzida no Brasil são oriundos de seringais cultivados. A metade da produção nacional é no estado de São Paulo. Mas a maior plantação do Brasil é um projeto da Michelin – é o quarto maior seringal contínuo do mundo, numa área de 10 mil hectares, que fica a 80 quilômetros de Rondonópolis, no município de Itiquira, em Mato Grosso. Acho que é um dos maiores investimentos privados em Mato Grosso, que gera mais de mil empregos diretos.

Mudando um pouco de assunto, o Brasil deve entrar na Alca?

— O Brasil tem que negociar, não pode dizer que não negocia. Usando uma expressão bem popular, os americanos colocaram o bode na sala. Os congressistas norte-americanos não proibiram o governo deles de negociar cítricos, açúcar e outros produtos. Eles disseram que pode haver negociação, mas que a aprovação tem que ser do Congresso. No Brasil, nós temos que fazer mais ou menos a mesma coisa. A Alca é importante, mas mais importante do que a Alca é a União Européia e o Oriente. A Alca é importante, mas não por causa dos Estados Unidos, e sim por causa do México, do Canadá e dos países aqui do Mercosul. Se nós conseguirmos que os norte-americanos eliminem os subsídios às exportações já será uma vitória enorme. Nesse sentido, eu acho que nós temos que negociar a Alca. O governo norte-americano subsidia tanto os seus produtores que o excedente gerado é direcionado para as exportações a preços baixos e com isso eles deprimem os nossos preços. Há um número, que a própria FGV já divulgou, que mostra a que ponto chega a ajuda do governo – 60% do que os produtores norte-americanos recebem são de subsídios governamentais. Só 40% correspondem à renda real. E ainda assim, nós, do Brasil, somos competitivos em relação a eles no mercado internacional.

Bird distingue projeto da FGV para população sem terra

Américo Vermelho



Ignez Vidigal Lopes, Guilherme Soria e Mauro Lopes: idéias para mitigar a pobreza rural

O programa Consórcios e Condomínios Rurais de Trabalhadores Sem Terra para Arrendamento e Parcerias, idealizado pela equipe do Centro de Estudos Agrícolas (IBRE/CEA) da Fundação Getulio Vargas, foi destacado em janeiro último pelo Banco Mundial por sua gestão e desenvolvimento bem-sucedidos. Das mais de 1.200 propostas que concorreram com o programa do IBRE/CEA em 2000, 44 foram contempladas com recursos e apenas oito foram consideradas pela instituição financeira muito bem-sucedidas no planejamento e na implementação. Por conta disso, foram selecionadas para apresentação nos dias 9 e 10 de janeiro, em Washington, durante o evento de escolha dos novos ganhadores da versão 2001 do concurso.

Durante três dias, o *hall* de entrada da sede do Banco Mundial, em Washington, serviu de cenário para uma exposição de 260 propostas semifinalistas do concurso de 2001. Uma ala dessa exposição foi reservada para as oito propostas vencedoras do concurso de 2000.

Além do projeto do IBRE/CEA, foram expostos sete projetos que se relacionavam a temas como erradicação da mutilação feminina na África, concessão universal de certidão de nascimento no Egito, implantação de regimes jurídicos em países recém-emancipados e até um gel feito a partir do álcool que substitui a lenha utilizada pelas populações mais pobres no preparo da comida na África.

O evento contou com a presença dos presidentes do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de presidentes de bancos e organismos internacionais de fomento e combate à pobreza, além de embaixadores e diversas autoridades dos países patrocinadores. Estavam presentes todas as instituições que financiam projetos de erradicação de pobreza no mundo.

Idéia nova

Os técnicos do banco justificaram a escolha do programa do IBRE/CEA porque ele cuidou, desde o início, da reforma da legislação (Estatuto da Terra) e da criação de uma regulamentação (Decreto do Poder Executivo) para o desenvolvimento de consórcios e condomínios rurais, instrumentos jurídicos que não existiam no aparato legal brasileiro. Outra razão foi o destaque conferido pelos técnicos do CEA aos aspectos operacionais desses novos arranjos, com o desenvolvimento de modelos de estatutos, contratos e um manual operacional e recomendações sobre o passo-a-passo para a organização dos consórcios. Esses aspectos demonstram a ênfase concedida à eliminação dos obstáculos legais e operacionais para a implementação de uma idéia nova que pode contribuir para mitigar o problema da pobreza rural – de onde provém grande parte da pobreza urbana no Brasil.

Um fator importante para o destaque conferido à proposta foi o decisivo apoio do governo brasileiro, especificamente do ministro Raul Jungmman. O governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encampou o programa do IBRE/CEA, encaminhando medida provisória para a criação de consórcios e condomínios rurais por meio do Programa Viva Terra, programa de arrendamento rural, regulamentado pelo Decreto nº 3.993 de 31-10-2001. O decreto estendeu aos futuros beneficiários do programa aces-

so a linhas de crédito do Pronaf para custeio e investimento, prevendo como meta atingir o número de 250 mil famílias rurais em 4 milhões de hectares.

Combate à miséria

A iniciativa do concurso, denominado Development Market Place, consiste em buscar novas alternativas para as frustradas tentativas do Banco Mundial no combate à miséria no mundo. Embora o banco tenha ao longo das últimas décadas destinado dezenas de bilhões de dólares a programas de combate à pobreza nas regiões mais pobres do planeta, os resultados das avaliações não correspondem ao esforço dos investimentos.

Muitas são as razões para esse fracasso. Em primeiro lugar, recursos vultosos são concedidos a agências governamentais, cujo custo administrativo para a condução dos programas consome mais da metade de cada dólar destinado aos beneficiários, de forma que menos da metade dos recursos alcança efetivamente os que deles necessitam. Em segundo lugar, devido às dificuldades operacionais e políticas, invariavelmente o público atendido não é o mais necessitado. Apesar de alguns progressos nesse sentido, os desvios de recursos ainda são freqüentes.

Por fim, as agências internacionais reconhecem que a maior dificuldade do combate à pobreza está nos enormes obstáculos para se atingir os mais pobres. A idéia do Development Market Place é, por um lado, criar oportunidades para o aparecimento de idéias inovadoras e capazes de vencer as barreiras no combate à pobreza. Por outro, o banco procura promover iniciativas de pessoas e instituições que estão em contato direto com o público-alvo, portanto, com chances maiores de chegar aos problemas mais prementes e aos beneficiários mais necessitados, vencendo barreiras institucionais e políticas.

O concurso ganhou notoriedade este ano. A variedade de idéias é imensa. Na versão de 2001, concorreram à primeira etapa cerca de 2.400 propostas. As contempladas devem ser, por critério de seleção, realmente inovadoras. Algumas merecem destaque: uma propõe formas mais eficazes de prestação de serviços de saúde em município remoto do Amazonas; outra defende a exploração de plantas medicinais nas comunidades indígenas – ambas brasileiras. Outra proposta vencedora propõe um *e-commerce* para a comercialização de artesanatos de tribos africanas, cuja tentativa piloto resultou em elevação do preço de venda das peças de US$1,25 para US$12. Outra, ainda, propõe o ensino da língua principal da China – o mandarim – para uma comunidade cujo desconhecimento da língua oficial foi diagnosticado como responsável pelo seu total isolamento em relação aos frutos do processo de desenvolvimento observado no país. A proposta prevê o treinamento dirigido sobretudo aos professores da comunidade, através de uma tecnologia que utiliza um modelo primitivo de gravador, feito em plástico e de baixíssimo custo (US$50) e que permite a repetição da aula e o treinamento continuado em casa, entre uma aula e outra.

A maioria das propostas representa iniciativas já em andamento em escala piloto, resultado do trabalho da equipe que demanda apoio financeiro para sua ampliação e desenvolvimento. As propostas ganhadoras recebem do Banco Mundial apoio financeiro para o desenvolvimento ou ampliação do trabalho.

Os critérios de seleção variam, mas refletem a gravidade dos problemas que afligem o público-alvo. Levam em consideração fatores como número potencial de pessoas atingidas; a eliminação de um obstáculo bem diagnosticado e que uma vez removido traga melhores oportunidades de renda para a clientela; o caráter inovador da proposta, o bom diagnóstico das necessidades operacionais do problema, entre outros.

Participaram do projeto do IBRE/CEA os economistas Ignez Vidigal Lopes, Guilherme Soria Bastos Filho, Mauro de Rezende Lopes e Daniela de Paula Rocha.

Alternativas à reforma agrária

Na proposta premiada da equipe do IBRE/CEA, o objetivo é criar alternativas complementares ao programa de reforma agrária, com implementação totalmente descentralizada e que possa ser desenvolvida por prefeituras, secretarias municipais de agricultura, sindicatos de produtores rurais, universidades rurais, ONGs, ou seja, instituições interessadas em desenvolver alternativas baratas para promover a renda dos produtores sem terra ou pequenos produtores pobres no âmbito de sua área de atuação. O projeto é orientado à geração de lucro na exploração de atividades que congregam trabalhadores rurais com experiência, proprietários, assistência técnica, pequenas indústrias, enfim, todos quantos tenham possibilidades de exploração de um negócio rentável no agro brasileiro.

Segundo o coordenador da equipe, economista Mauro de Rezende Lopes, esse objetivo foi obtido através de diversos instrumentos desenvolvidos pela equipe ganhadora e por especialistas no assunto, como o conhecido jurista Augusto Ribeiro Garcia, e técnicos experientes nas questões de arrendamento e parceria, como José Humberto Guimarães.

Para que os potenciais beneficiários do programa de consórcios e condomínios para arrendar terra pudessem contar com fontes de financiamento para seus empreendimentos, a equipe procurou o Ministério do Desenvolvimento Agrário e conquistou um aliado importante, o ministro Raul Jungmman. Dessa parceria surgiu o Viva Terra – Programa de Arrendamento Rural, do próprio ministério. Para mais informações sobre o programa vencedor do concurso do Banco Mundial, visite o *site* www.programavivaterra.fgv.br

Divulgação



A Cotton Express 2555 foi totalmente adaptada às regiões de cerrado

Colhedora de algodão ganha versão brasileira

A Case IH está lançando sua colhedora de algodão Cotton Express 2555 Versão Brasileira, desenvolvida especialmente para as condições agrícolas brasileiras. A nova versão da máquina é resultado de pesquisas tecnológicas realizadas nas principais regiões produtoras de algodão do país e consumiu 1.500 horas de testes.

A nova colhedora foi totalmente adaptada às regiões de cerrado, onde estão os grandes produtores de algodão. "Estamos oferecendo uma máquina muito mais avançada, atendendo às expectativas e necessidades que nossos produtores nos pediram", explica Carlito Eckert, diretor nacional de Vendas da Case IH.

Com dois rotores desalinhados que colhem os dois lados da planta, o modelo 2555 pode colher com quatro ou cinco linhas e espaçamentos que variam de 76 centímetros a um metro e pode armazenar no cesto até 230 arrobas de algodão. Dotada de motor com 260 cavalos, a máquina tem sistema de transmissão hidrostática de três marchas e bomba de 265 litros/minuto. Os tambores desalinhados são compostos por fusos rotativos que são lavados enquanto desenvolvem o giro, o que permite retirar o capulho sem sujar o algodão colhido. A colhedora também tem um sistema de descarregamento por meio de elevação vertical do cesto que, além de não desequilibrar a máquina, permite o descarregamento em alturas variadas. Uma das novidades de operação do modelo 2002 é um dispositivo eletrônico que avisa quando o cesto está cheio.

Planejamento preserva pastagem do gado

Até o início deste mês, o pecuarista deve semear o guandu, uma alternativa que enriquece a alimentação do gado. A utilização constante do solo pelos agricultores pode afetar a pastagem do gado. Para que isso não aconteça, o pecuarista deve planejar a sua atividade, cuidando melhor da terra. Uma alternativa é o consórcio de gramíneas com o guandu, que deve ser semeado na propriedade até a segunda quinzena de fevereiro.

A reforma com a leguminosa é uma das opções mais produtivas e econômicas para recuperar pastos e aumentar a produtividade. O guandu se desenvolve bem em solos tropicais, com bastante resistência à seca. Além disso, contribui para melhorar a fertilidade do solo, resistindo muito bem ao pastejo e ao pisoteio dos animais.

O plantio do guandu com a pastagem enriquece a alimentação do gado. A forragem da leguminosa é bastante apreciada pelo rebanho.

Os engenheiros agrônomos da Monsanto recomendam que o pecuarista utilize Guandu Super N, desenvolvido pela Sementes Bonamigo, de Campo Grande, MS. O produto é resistente ao fungo *fusariun* e a outras pragas e doenças. As plantações dessa variedade resistem de quatro a cinco anos, diferentemente das sementes comuns, que sobrevivem, no máximo, dois anos.

A semeadura do guandu precisa ser feita pelo Sistema Plantio Direto Roundup. O pecuarista deve aplicar o herbicida em área total para o pré-plantio da leguminosa. Para mais informações sobre o plantio do guandu, o pecuarista deve ligar 0800 -156 077.

Cuiabá faz megaevento de pecuária em março

De 12 a 14 de março a cidade de Cuiabá, MT, será cenário do Encontro Internacional dos Negócios da Pecuária, o Enipec 2002. Além de palestras, *workshops* e debates, o megaevento ainda incorpora uma Feira de Tecnologia, Insumos e Equipamentos, rodadas de negócios, visitas técnicas à região e vasta programação social e turística.

Presenças confirmadas no evento, o ministro da Agricultura Pratini de Moraes falará sobre o mercado mundial de produtos de origem animal e o secretário nacional de Defesa Agropecuária Luiz Carlos Oliveira, sobre rastreabilidade, um assunto que está preocupando o segmento da pecuária de corte. Para o mestre em agribusiness Marcelo Duarte Monteiro, um dos palestrantes, a implantação de um sistema eficiente de rastreabilidade aumentará os custos da cadeia produtiva do gado de corte em 10%.

Divulgação



Tratores brasileiros substituem os fornecidos por Inglaterra e Turquia

AGCO lidera exportação de máquinas agrícolas

A AGCO do Brasil superou em 178,3% o volume exportado em 2000. No segmento de tratores, a empresa detém atualmente 69,4% das exportações brasileiras.

Também em 2001 a AGCO conquistou e consolidou novos grandes mercados além das Américas: Oceania, China, Oriente Médio, África e países do Pacífico. Já foram investidos US$30 milhões na reorganização das estruturas e processos de fabricação e logística, bem como na aquisição de novos equipamentos. Os investimentos permitiram à empresa brasileira obter o credenciamento da planta de Canoas, pela AGCO Corporation, para a fabricação de tratores para abastecer os mercados norte-americano e canadense – no ano passado os negócios com os EUA praticamente triplicaram em comparação a 2000. A qualificação dos processos de produção permitiu o aumento da importância da empresa brasileira no âmbito internacional da corporação. Em uma jogada estratégica, a AGCO do Brasil promoveu a vinda de executivos da AGCO Corporation ao país com o objetivo de ampliar a penetração internacional dos produtos brasileiros.

Os centros mundiais de distribuição da corporação são as portas de entrada para novos mercados. No caso dos EUA, os tratores brasileiros substituíram os anteriormente fornecidos pela Inglaterra e Turquia, com qualidade compatível às rigorosas exigências do mercado norte-americano, melhor preço e prazos mais flexíveis. Atualmente, a fábrica de Canoas é a líder mundial na produção de colheitadeiras e de tratores dentro da corporação e a AGCO do Brasil ampliou o controle das operações, antes restrito à América do Sul, para América Central e Caribe.

John Deere nacionaliza colheitadeira de grãos

A John Deere Brasil está concluindo o processo de nacionalização da maior colheitadeira de grãos do mundo, a 9750 STS, que vinha sendo até então fabricada na sua unidade de Illinois, Estados Unidos. A família de colheitadeiras nacionalizadas será oficialmente disponibilizada ao mercado na Agrishow 2002, em Ribeirão Preto, SP. Com a nova família, a John Deere consolida a sua liderança no segmento de colheitadeiras, respondendo por 60% das exportações e por 50% do mercado nacional.

As colheitadeiras 9650 STS e 9750 STS apresentam um novo conceito na tecnologia de trilha e separação longitudinal. O novo conceito garante versatilidade operacional em todas as condições e culturas, sem a necessidade de mudanças de configuração ou substituição de componentes. O módulo STS foi desenhado para proporcionar uma ação progressiva de trilha e separação através de uma ação de compressão e descompressão durante o fluxo do material através do módulo, garantindo ação máxima mesmo nas condições mais desfavoráveis, como em alto volume de palha e umidade. Essa característica construtiva implica menor consumo de potência e maior qualidade de grãos.

Divulgação



A maior colheitadeira de grãos do mundo era fabricada nos EUA

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Instituto Brasileiro de Economia – IBRE), co-editada com RC.W Consultores.

Fundadores – Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

GRUPO EDITORIAL
EDITOR: Ivan Wedekin

REDAÇÃO
REDATOR-CHEFE: Regis Alimandro
REDATORES: César Garcia e Luiz Antonio Pinazza
ARTE: Osvaldo Moreira e Norma Massa
REVISÃO: Fátima Caroni
EDITORAÇÃO: Texto & Contexto
COLABORADORES: Daniela de Paula Rocha (algodão), Guilherme Soria Bastos Filho, Viviane Seda (Índice labag), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras), Ignez Vidigal Lopes, Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Gregory Honczar (preços e índices do agronegócio).
SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Denise Xavier

PUBLICIDADE – GERENTE COMERCIAL: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 2559-5623; fax: (21) 2559-5616 e 2551-4049; e-mail: caique @fgv.br. **REPRESENTANTES COMERCIAIS: RIO** – Milla de Souza: telefax: (21) 2533-3121/1601, 2524-2757 e-mail: triunvirato@openlink.com.br; **RIO GRANDE DO SUL** – Araré Vargas Fortes: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262. **BRASÍLIA (DF)** – Joaquim Barroncas: SHIN - QI 8 - cj 03, casa 17, tel: (61) 9972-0741 e 577-3874. e-mail:joaquimbarroncas@ig.com.br.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS – Ana Lúcia Botelho Brandão – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 2559-6040, fax: 21 2559-6039; e-mail: agroanalysis@fgv.br

PONTOS DE VENDA: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

FGV IBRE Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (21) 2559-6000.

PRESIDENTE FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

DIRETOR-GERAL: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

DEMAIS VOGAIS: Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

VICE-PRESIDENTE: Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.)

DEMAIS VOGAIS: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco CCF Brasil S.A., Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado da Bahia, Félix de Bulhões (S.A. White Martins), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Rabello de Castro, Sérgio Franklin Quintella, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

SUPLENTES: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Márcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Cia. Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S/A), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patricio (Banco Boavista Interatlântico S/A).

CONSELHO CONSULTIVO
Antonio Carlos Lemgruber, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais), Roberto Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
DIRETOR: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves
VICE-DIRETOR: Roberto Fendt
CENTRO DE ESTATÍSTICAS E ANÁLISES ECONÔMICAS: Salomão L. Quadros
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS: Ignez Vidigal Lopes
CENTRO DE ESTUDOS DE PREÇOS: Paulo Sidney de Melo Cota
CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS: Marcelo Neri
COORDENADORIA DE PROJETOS/GERÊNCIA ADMINISTRATIVA: Regina Celia Reis de Oliveira
REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA: Roberto Fendt

Este mês:

3 Abre aspas: João Sampaio Filho
Somos modernos
Para o atual presidente da Sociedade Rural Brasileira, quem não se modernizar não sobreviverá
MÁRCIO BUENO



12 Sustentabilidade
Harmonia com a natureza
A adoção do Sistema Plantio Direto pode garantir competitividade à agricultura brasileira, em especial na região dos cerrados
PEDRO LUIZ DE FREITAS

18 Trigo
Amigos, amigos...
Marcando diferenças e a evolução do setor nos dois países, o trigo tem sido elo de união entre Brasil e Argentina
FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA



23 Comércio
O pulo do gato
A Alca é uma oportunidade para mudar nosso posicionamento estratégico no mercado mundial
MAURO DE REZENDE LOPES

25 Crédito agrícola
Pilares da safra
Mais recursos e a equalização com a dívida agrícola: tendência deve manter-se em 2002
LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

27 Aves
Revoada na demanda
Aumenta a demanda mundial de carne de frango e a produção brasileira acompanha o crescimento
JOSÉ CARLOS TEIXEIRA DA SILVA

30 Tributação
Exportar ou morrer
Fazer o ICMS incidir de novo sobre produtos primários de exportação traria de volta fantasmas já exorcizados
EVARISTO C. MACHADO NETTO

34 Mercados futuros
Sob controle
O contrato de boi gordo da BM&F pode proteger os agentes econômicos contra imprevistos da meteorologia ou do mercado
FABIANA S. PEROBELLI

36 Cacau
Sobra chocolate
Cresce a oferta de chocolate no mundo e no Brasil o preço ao produtor de cacau não chega a incentivar
LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO



39 Comércio
Processo irreversível
Com a desvalorização cambial, os produtos argentinos ficam mais competitivos e nossas exportações mais caras
ARGEMIRO LUIS BRUM

42 Soja
Sem medo de competir
A soja no Brasil já alcançou a produtividade dos Estados Unidos e tem condições de alcançá-los também na produção
AMÉLIO DALL'AGNOL

45 Estatísticas

47 Tendências

50 Diário de bordo
Eleições e propostas
É fundamental escolher quem tenha uma política de renda para o campo, com instrumentos definidos que possam ser cobrados. Chega de arrivistas e falta de compromisso de eleitores e candidatos.
ROBERTO RODRIGUES

O agronegócio é o seguinte:

Prata da casa

O leitor de AGROANALYSIS já deve estar acostumado a ler nas nossas páginas que a agricultura brasileira é extremamente competitiva, capaz de disputar mercado em ótimas condições com outros países produtores, em várias cadeias de agronegócios.

Claro que nos referimos à agricultura comercial, profissionalizada, que emprega tecnologia de ponta, cujos dirigentes – muitos dos quais nossos leitores – já compreenderam que sem informação não há saída no mundo competitivo em que vivemos.

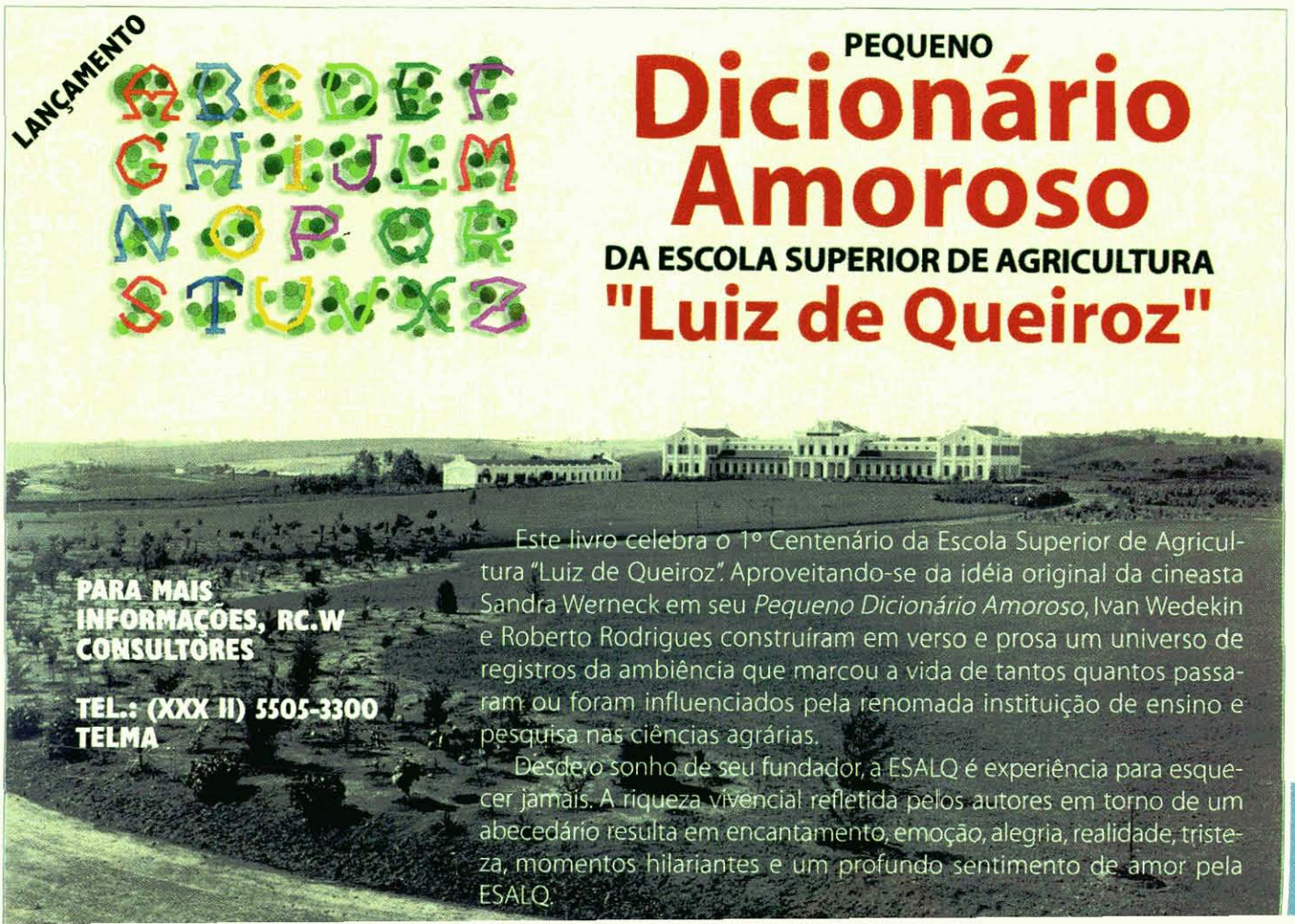
Mas há ainda a pequena produção agropecuária, assim mensurada conforme a renda gerada. No passado era comum o equívoco de associar o tamanho da propriedade ao porte do estabelecimento. Hoje está claro que a variável relevante é a renda gerada por unidade de área. A realidade da grande maioria dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, independentemente da área ocupada ou das condições legais de uso da terra, é a agricultura de baixa renda.

Não se pode dizer que a agricultura de baixa renda não é competitiva. É competitiva, mas à custa de inadequada remuneração dos fatores de produção. É, em grande parte, dessa agricultura que vazam para as cidades os pobres que ocupam e incham as zonas periféricas urbanas. Também é verdade que eventuais avanços tecnológicos poupadores de mão-de-obra na agricultura comercial contribuem para engrossar esse caldo de pobreza rural e urbana.

O que fazer, já que a pobreza de muitos brasileiros prejudica a qualidade de vida de todos, sem falar da questão humanitária? Há exemplos no Brasil e no mundo de inúmeras iniciativas bem-sucedidas de combate à pobreza. Mas o fracasso retumbante de várias outras iniciativas, a própria persistência da pobreza e o crescimento do número de pessoas vivendo abaixo da linha de subsistência demonstram que o problema é de enfrentamento extremamente complexo. São vultosos os grandes vazamentos entre os recursos empregados e a parcela que chega ao destino final. Nos anos 80, no Nordeste brasileiro, apenas 20% dos recursos empregados no Plano Rural de Desenvolvimento Integrado chegaram a seus destinatários.

O Banco Mundial promove há três anos o Development Market Place, programa que contempla idéias potencialmente capazes de minorar a pobreza rural. Há dois anos, a equipe do Centro de Estudos Agrícolas da FGV (*veja matéria completa no Agrodrops desta edição*) foi premiada pelo banco ao elaborar um projeto de Consórcios e Condomínios Rurais de Trabalhadores Sem Terra para Arrendamento e Parcerias. O projeto foi desenvolvido ao longo de 2001 e destacado pelo banco como um dos oito que alcançou desempenho ótimo no desenho e implantação.

O prêmio nos enche de justa vaidade. E, esperamos, deve motivar a todos a desenvolver formas criativas e eficazes de minorar a pobreza, o que precisa tornar-se objetivo estratégico do país.





Harmonia com a natureza

A adoção do Sistema Plantio Direto pode garantir competitividade à agricultura brasileira, em especial na região dos cerrados

PEDRO LUIZ DE FREITAS

Em Goiás a gente vê o longe perto. Tudo é uma planura só, com áreas enormes elevadas à categoria de terras aráveis. Uma leitura reducionista leva à adoção de práticas agrícolas inadequadas. Se aqui me referir ao Sistema Plantio Direto vão dizer que é implicância minha. Mas não é. O SPD pode ser o primeiro passo para uma agricultura sustentável porque, a baixos custos sociais, financeiros e ambientais, ele pode proporcionar um novo equilíbrio entre o plantio e o ambiente. Porém, o sujeito que adota esse sistema com a leitura vesga pode não ter a resposta favorável.

Eurides Penha,
agricultor e músico, é natural de Morro Agudo, SP, e se instalou em Rio Verde, GO, nos anos 60. Fez a primeira experiência bem-sucedida com o Plantio Direto em 1981/82. Em 1983 dedicou-se à musica, mesmo continuando a fazer experimentos.

A crise energética amenizada pelas intensas chuvas do ano agrícola 2001/02 indica a urgência de repensar a agricultura brasileira, em especial nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, sem perder de vista a região amazônica.

A crise foi atribuída à falta de investimentos na produção de energia, em especial no volume de água armazenado a céu aberto, ou a condições climáticas adversas. Mas o agronegócio exige uma visão menos simplista e reconhece que a verdadeira causa é a falta de conhecimento e comprometimento com as propriedades de solos tropicais e subtropicais, cuja cobertura edáfica é um imenso reservatório de água, regulador de vazões e mantenedor da perenidade de nascentes, córregos e rios, abastecendo os reservatórios de acumulação de energia.

A crise energética é apenas uma

Pedro Luiz de Freitas é engenheiro agrônomo, PhD em ciência do solo, pesquisador da Embrapa Solos. Especialista no manejo da fertilidade física de solos tropicais e coordenador da Plataforma Plantio Direto {www.embrapa.br/plantiodireto}. Colaborador técnico e diretor da APDC e bolsista do CNPq.

Flavio Faedo, Rio Verde, GO



Efeitos da grade pesada (discos arrastados por potentes tratores) nos latossolos dos cerrados

das conseqüências da ação do homem. O reflexo principal é um inexorável ciclo de pobreza, cultivado por implementos à base de discos arrastados por tratores de alta potência, em sistemas de manejo inadequados à nossa realidade agronômica. Sistemas importados de cultivo, uso não planejado das terras, desmatamento desenfreado de áreas de recarga e equilíbrio têm provocado a degradação dos recursos naturais, a verdadeira responsável pela crise de disponibilidade hídrica para múltiplos usos: produção de energia, consumo humano, indústria, irrigação, lazer, transporte. Favorecendo a captação de água de chuva e reduzindo a evaporação do solo, o uso de sistemas conservacionistas baseados no Sistema Plantio Direto e na Integração Lavoura Pecuária pode prover mais água disponível e limpa. O uso inteligente dessa água se traduz no aumento da produção agrícola e mitiga as perdas de solo e água por erosão.

Os efeitos visíveis da degradação – secas prolongadas e inundações – significam uma oportunidade para decidir sobre o futuro da agricultura brasileira. A escolha da atividade agropecuária nos moldes tradicionais, com paradigmas agronômicos adaptados de regiões temperadas, leva os recursos naturais à exaustão. Poeira, fumaça, morte da fauna e da flora, nascentes e rios secos, dias muito quentes e noites muito frias, umidade do ar abaixo dos limites de sobrevivência são alguns dos resultados dessa agricultura em que predomina a ação do homem sobre a natureza. Essa batalha é vencida com altos gastos de energia fóssil (petróleo) e efeitos abortivos do preparo intensivo do solo com arados e grades.

O exemplo dos bolsões de prosperidade, de rentabilidade garantida pelo uso pleno da tecnologia e o mínimo de degeneração do sistema planta-solo-clima, tem por base respeito à natureza e preceitos biológicos.

Sobrevivência da agricultura

O termo plantio direto vem do conceito de *zero tillage*, *no-tillage* ou *direct drilling*. Ingleses e norte-americanos foram os primeiros a mecanizar a técnica, plantando sementes ou mudas com o mínimo de interferência sobre o solo, preservando os resíduos de cobertura vegetal. O Plantio Direto moderno só se tornou realidade a partir de pesquisas de cientistas norte-americanos e europeus sobre o controle químico de plantas daninhas, dispensando cultivo mecânico. Resultou da pesquisa, em 1961, a molécula do paraquat, impulso significativo aos primeiros trabalhos e à formação da palha, base para o uso do sistema. Nos EUA, o primeiro experimento comparando o sistema convencional com o Plantio Direto, incluindo rotação de culturas, foi implantado em 1961 na Universidade de Ohio. As primeiras culturas comerciais com o Plantio Direto foram idealizadas e postas em prática por Shirley H. Phillips, da Universidade de Kentucky, e pelo agricultor Harry M. Young, autores de *No-tillage farming*, de 1973, ainda hoje referência sobre o sistema em todo o mundo.

O Plantio Direto é uma das ferramentas para a agronomia em harmonia com a natureza. Antigos conceitos se tornam modernos pela evolução do conhecimento técnico-científico depois de anos de pesquisa e experiência. Muito mais que prática de manejo do solo, o sistema significa a sobrevivência da agricultura nos trópicos e subtrópicos, caminho certo e definitivo na busca de competitividade, sustentabilidade e eqüidade com qualidade ambiente. Significa também mudança de comportamento e profissionalização dos atores do agronegócio rumo a um ciclo perene de prosperidade.

O Plantio Direto é um sistema de manejo sustentável do solo e da água que visa otimizar a expressão do potencial genético das plantas cultivadas. Compreende um complexo integrado de processos fundamentado em três requisitos mínimos: o revolvimento do solo

Pedro Freitas



Integração lavoura-pecuária: culturas anuais e pastagens com braquiária em Maracaju, MS

A crise energética é apenas uma das conseqüências da ação do homem. O reflexo principal é um inexorável ciclo de pobreza, cultivado por implementos à base de discos arrastados por tratores de alta potência, em sistemas de manejo inadequados a nossa realidade agronômica.

restrito à cova ou sulco de plantio; a diversificação de espécies pela rotação de culturas; e a manutenção de resíduos vegetais com o uso de culturas específicas para formação de palhada (proteção do solo contra sol, chuva e ventos, conservando água).

Associado a outras práticas conservacionistas, o sistema compreende um conjunto de processos biológicos que permite a recuperação efetiva e duradoura de áreas degradadas, onde há anos imperam pastagens malconduzidas ou lavouras cultivadas com práticas convencionais. A integração entre agricultura e pecuária é sua expressão maior. Essa integração abre novas perspectivas para a pecuária brasileira, reconhecidamente extrativista, permitindo aumentar a capacidade de carga das pastagens, reverter a espiral de pobreza do setor e mitigar o desmatamento.

Ao lado da produtividade física das culturas, o Plantio Direto proporciona a maximização da produtividade de insumos e de mão-de-obra. Diminui o consumo de petróleo (60 a 70% a menos de óleo diesel); aumenta o seqüestro de carbono (aumento do estoque de C no solo e na palhada superficial); diminui a perda de solo por erosão (90% de redução nas perdas estimadas em 10 toneladas solo/tonelada de grão produzida). O resultado é uma agricultura sustentável e limpa, produzindo alimentos saudáveis, com impacto positivo sobre a qualidade do meio ambiente e da vida do homem, no campo ou na cidade: maior disponibilidade de água limpa para uso humano, menor concentração de pó no ar, temperatura ambiente menos extremada, maior lucratividade do tempo trabalhado e mais tempo para o lazer e a família.

Os impactos ambientais do Plantio Direto foram quantificados como superiores a US$1,3 bilhão após a adoção em 15 milhões de hectares, mas podem chegar a mais de US$3 bilhões com a adoção em 80% da área de culturas anuais do país.

A filosofia do Plantio Direto implica mudança de comportamento dos agentes envolvidos na atividade agrícola e é capaz de permear toda a cadeia produtiva. Os agricultores se tornam sensíveis também a mudanças quanto à introdução de avanços tecnológicos.

Antiga como o mundo

A produção agrícola sem preparo do solo é tão antiga quanto a própria agricultura e persistiu até que os egípcios, há uns 6 mil anos, inventassem o arado de madeira arrastado por bois. Em muitas regiões da América Latina, camponeses ainda usam pequenos machetes como única forma de preparo do solo para semeadura, após o corte da vegetação espontânea. Alguns usam hastes pontiagudas para abrir covas sob restos vegetais. Na América Central, antes da chegada dos europeus, era utilizado um sistema chamado de "tapado", que consistia em distribuir sementes a lanço, seguido do corte de plantas invasoras no estádio de florescimento, encobrindo as sementes e facilitando a germinação. A semeadura direta de culturas era prática comum em civilizações antigas como a egípcia e a inca.

A evolução levou a uma preparação intensa do solo com hastes, discos e aivecas, passando gradualmente da tração animal para o uso de máquinas cada vez

maiores: a agronomia na contramão da natureza. Já em 1943 Edward H. Faulkner questionava o preparo intenso do solo, admitindo não haver, até aquele momento, qualquer razão científica razoável para isso.

A área de Plantio Direto nos EUA chegou em 2000 a mais de 21 milhões de hectares. Nas Américas destacam-se a Argentina, com 10 milhões de hectares (50% da área com culturas anuais) e o Paraguai, com mais de 1 milhão (85% da área). No Canadá, de clima temperado, a área de Plantio Direto chega a 4 milhões de hectares, apesar de problemas relacionados à dificuldade de germinação nas baixas temperaturas da primavera, adaptação de semeadoras e dificuldades no manejo de plantas invasoras (Landers, 2000). Na Europa, mesmo com pouca erosão hídrica, os ambientalistas registram benefícios ambientais do Plantio Direto e ajudam os agricultores a vencer problemas como o excesso de palha e o embuchamento de semeadoras, permitindo o desenvolvimento rápido e seguro do sistema no continente. Países tropicais e subtropicais na África e na Ásia procuram vencer desafios agronômicos e econômicos, adaptando a suas realidades culturais os preceitos básicos do sistema (não revolvimento, rotação de culturas e cobertura permanente do solo), ajudando a superar a marca de 65 milhões de hectares de Plantio Direto em todo o mundo, dos quais 23% em território brasileiro.



Plantio Direto na cultura do algodão: nos anos 90 o sistema se consolidou nos cerrados

Abnegação e persistência

Exemplo de integração tecnológica entre produtores, profissionais ligados aos setores de equipamentos e herbicidas, profissionais liberais, professores e pesquisadores, o desenvolvimento do Plantio Direto no Brasil ainda persiste pela abnegação e persistência desses pioneiros.

A mobilização para introduzir o Plantio Direto no Brasil começou no final da década de 60, na estação do International Research Institute (IRI) em Matão, no cerrado de São Paulo. Mas foi no Rio Grande do Sul e Paraná que se concentrou o maior elenco de pesquisadores e produtores voltados ao desenvolvimento tecnológico do Plantio Direto. No Rio Grande do Sul os primeiros registros são do plantio de sorgo em 1969 em área do Ministério da Agricultura, em Não-Me-Toque, seguido de vários ensaios conduzidos pelos precursores de instituições como a Fundação Centro de Experimentação e Pesquisa Fundacep / Fecotrigo Embrapa Trigo, Universidade de Passo Fundo e Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo (Cotrisa), com o apoio da ICI.

No Paraná, as primeiras pesquisas aconteceram em 1971 nas áreas do Instituto de Pesquisa Agropecuária Meridional (Ipeame), em Londrina e Ponta Grossa. O sucesso dessas iniciativas foi atingido por um grupo de produtores preocupados com a sustentabilidade e o impacto ambiental negativo de sua atividade. Ao mesmo tempo em que era estudado e avaliado em áreas piloto pelas instituições de pesquisa, o movimento em torno do Plantio Direto surgia no Paraná, incentivado por um misto de necessidade e idealismo dos produtores, preocupados com a erosão e as restrições de crédito para custeio. Produtores do norte do Paraná, com destaque para Herbert Bartz, implantaram uma agricultura baseada no conhecimento e respeito à natureza.

A partir de 1975, os pesquisadores do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) passaram a enfocar o Plantio Direto como sistema de produção, permitindo entender melhor os componentes fitotécnicos, edáficos, fitossanitários e econômicos do sistema. Em 1976, produtores da região dos Campos Gerais iniciaram a adoção, revertendo a degradação dos recursos naturais resultante de arações e gradagens. Com base na experiência do Clube da Minhoca, criado em 1979, a partir de 1982 foram institucionalizados os Clubes de Ami-

John N. Landers



Preparação convencional do solo com arado de discos: degradação dos recursos naturais

gos da Terra (CATs), importante instrumento de conscientização, capacitação e desenvolvimento técnico para a adoção e refinamento do Plantio Direto. A partir daí, os CATs têm sido células básicas para a organização dos produtores que adotaram o Plantio Direto, facilitando a transferência, difusão e desenvolvimento de novas tecnologias.

Uma série de inovações tecnológicas permitiu viabilizar o Plantio Direto ainda na década de 70: mecanismos rompedores de solo para plantio por pesquisadores da EmbrapaTrigo, presentes hoje em todas as semeadoras disponíveis no mercado, e o primeiro dos herbicidas modernos, o *glyphosate* da Monsanto, que atua em mecanismos bioquímicos exclusivos das plantas, hoje disponível em várias formulações. Inovações e estudos de campo sobre culturas de cobertura e rotações impulsionaram o Plantio Direto nos anos 80 rumo à competitividade em custos com qualidade ambiente. No fim do milênio, o Brasil era referência internacional em Plantio Direto.

Em 1984 experiências na implantação do Plantio Direto em campos nativos foram conduzidas pela Cotrijuí e Embrapa no Rio Grande do Sul, dando origem a programas direcionados à Integração Lavoura Pecuária que foram estendidos com sucesso para os Campos Gerais e a região do Arenito Caiuá no Paraná.

Na década de 90 o Plantio Direto se desenvolveu em todo o país. Em 1992 instituíram-se representações nacionais e internacionais de usuários do Plantio Direto – Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha (FEBRAPDP), sediada em Ponta Grossa, Paraná, e Confederação de Associações Americanas para a Produção Agropecuária Sustentável (Caapas), que reúne entidades da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, México e EUA.

No Rio Grande do Sul acontece o Projeto Metas, parceria entre instituições públicas e privadas liderada pela Embrapa Trigo, com o objetivo de viabilizar e difundir o Plantio Direto em um bem-sucedido modelo de P&D que tem sido adotado em vários locais do país. No Paraná se adota o Plantio Direto como parte do manejo integrado em microbacias hidrográficas por meio dos programas Paranarural e Paraná 12 Meses. Em todo o país há ações fundamentais de difusão, demonstrações e comunicações entre produtores, com efetiva participação de instituições de pesquisa, ensino e assistência técnica e extensão rural. O ambiente de grande interesse pelo sistema chama a atenção de organismos internacionais (Banco Mundial, FAO), confirmando sua viabilidade e benefícios para a sociedade.

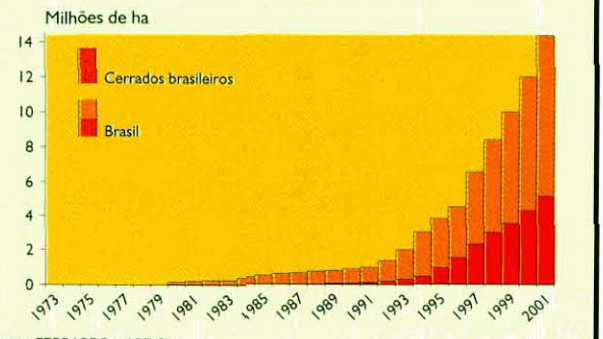
A EXPERIÊNCIA DO CERRADO

Com base nos exemplos vindos da região Sul do país, a adoção do Plantio Direto nos cerrados, maior fronteira agrícola do país, é uma história de integração tecnológica liderada por produtores rurais (gráfico). A evolução plena do sistema foi possível com o desenvolvimento de soluções agronômicas próprias. Ocupando hoje mais de 5 milhões de hectares, a experiência adquirida nos cerrados é fundamental para a adoção do Plantio Direto e da Integração Lavoura Pecuária nos trópicos úmidos da Amazônia e das áridas regiões do Nordeste brasileiro.

As primeiras iniciativas aconteceram em Montividiu (Rio Verde, GO) e foram apresentadas em 1982 como solução nova para o grave problema de erosão da região. No mesmo ano o sistema chegou às áreas de produção de sementes de milho em Santa Helena e em Morrinhos. Em 1984 o sistema foi adotado em Maracaju, MS, onde 10 anos depois se iniciou a Integração Lavoura Pecuária nos cerrados.

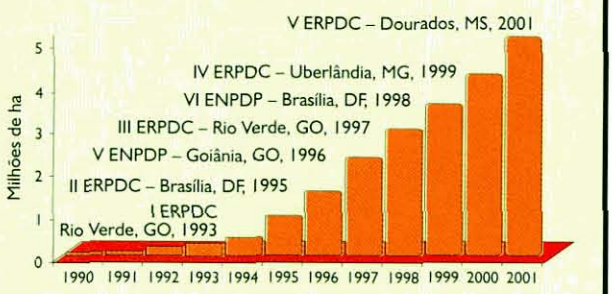
Nos anos 90 se consolidaria o Plantio Direto nos cerrados. Em 1992 foi fundada a Associação de Plantio Direto no Cerrado (APDC) com a proposta de promover a troca das muitas experiências existentes na região. Surgiram vários CATs, com destaque para o de

1. Evolução do SPD no Brasil e nos cerrados



Fontes: FEBRAPDP e APDC.

2. Papel dos encontros na evolução da área de plantio direto nos cerrados brasileiros



Fonte: Associação de Plantio Direto no Cerrado

Rio Verde e Montividiu, bolsão que tem 95% de sua área manejada sob os princípios do Plantio Direto, atuação decisiva para a adoção do sistema e desenvolvimento da região. Outro destaque, o CAT Uberaba (Minas), exemplo de integração tecnológica entre setor produtivo, pesquisa e assistência técnica, com participação da iniciativa privada para adaptar e difundir tecnologias para a região.

A ação dos CATs cresce à medida que o Sistema Plantio Direto evolui na região, expressa pela tendência à redução de agroquímicos, encorajando, por exemplo, o controle biológico, hoje exclusivo das áreas manejadas com o Sistema Plantio Direto. Essa tendência certamente é o caminho mais curto, senão o único, para uma agricultura verdadeiramente orgânica.

Ainda com o objetivo de promover o Sistema Plantio Direto como caminho para atingir a sustentabilidade da agricultura nos cerrados, APDC e CATs afiliados organizaram entre 1992 e 2001 seis encontros regionais; em nome da Febrapdp, dois encontros nacionais foram decisivos para a evolução da área de PD, chegando a 5 milhões de hectares no ano agrícola 2001/02 (figura 2).

Na continuidade desse trabalho destaca-se a realização, em 2002, dos encontros do Sul Goiano (Itumbiara e Bom Jesus, GO, 8 a 10 de abril) e do Cerrado e do Oeste Baiano (Luis Eduardo Magalhães, BA, 4 a 7 de junho), decisivos para a viabilização da agricultura nos trópicos. Em São Paulo, onde tem fundamental importância a área de cerrado, acontece o encontro nacional (Águas de Lindóia, 17 a 21 de junho).

Considerada a tecnologia para produtores de grandes áreas, procurou-se adequar o Plantio Direto a pequenas propriedades rurais. São de 1984 as primeiras experiências para viabilizar esse sistema com tração animal. A partir de 1991 foram implementadas parcerias no Sul para difundir o Plantio Direto na pequena propriedade. A indústria de equipamentos pôs no mercado modelos de semeadoras e pulverizadores de tração animal e humana. Em 1999, surgiu a primeira semeadora-adubadora autopropelida, desenvolvida pela Embrapa Trigo. Paralelamente, semeadoras de pequeno porte foram colocadas no mercado, satisfazendo a demanda por parte de pequenos e médios proprietários.

Nos cerrados, tecnologias conservacionistas baseadas no Plantio Direto para a agricultura familiar foram adaptadas e desenvolvidas com sucesso. Na região do Serra-Abaixo (Inhumas, GO) foi iniciada em 1993 uma parceria liderada pelo Grupo Goyas, formado por professores da UFG/Agronomia, exemplo seguido em outros estados da região e do Distrito Federal, com a participação efetiva dos agricultores membros dos CATs e afins.

Referências bibliográficas

BORGES, G. de O. Resumo histórico do PD no Brasil. In: *Plantio direto no Brasil*. Passo Fundo: Aldeia Norte. 1993. p. 13-8.

DERPSH, R. Expansão mundial do plantio direto. *Plantio Direto*. Passo Fundo, n. 59. 2000. p.32-40.

IAPAR. *Plantio direto no estado do Paraná*. Londrina: Fundação Iapar, 1981. 244p. (Circular Técnica, 23.)

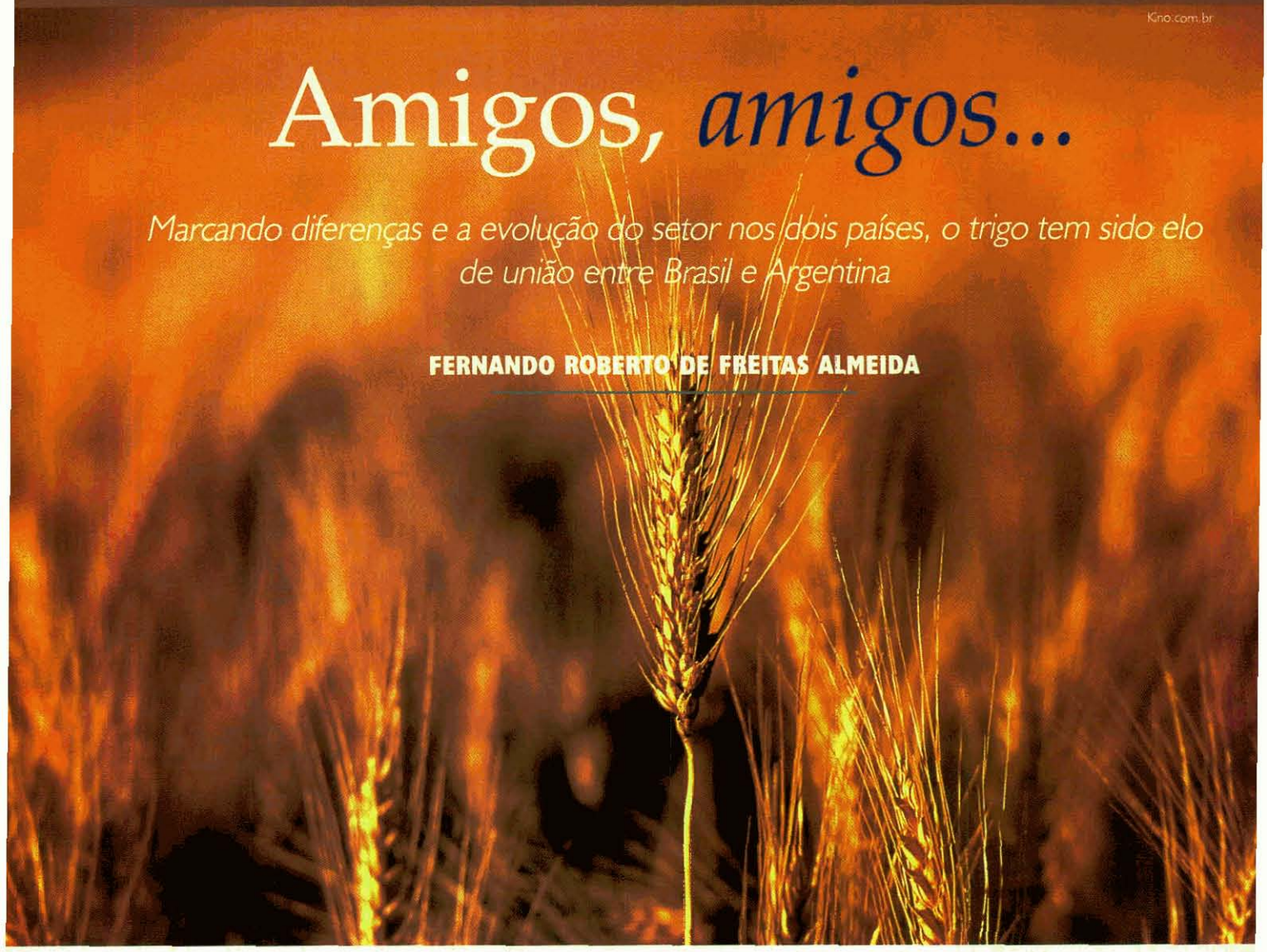
LANDERS, J. N.; BARROS, G. S. de; ROCHA, M. T.; MANFRINATO, W. A. & WEISS, J. Environmental impacts of zero tillage in Brazil: a first approximation. In: *Conservation agriculture: a worldwide challenge*. Proc. of the World Congress on Cons. Agric. Madrid: FAO-Ecaf. 2001. v. I, cap. 34. p. 317-26.

LANDERS, J. N.; SATURNINO, H. M.; FREITAS, P.L. de & TRECENTI, R. Experiences with farmer clubs in dissemination of zero tillage in tropical Brazil. In: *Conservation agriculture*: cit. v. I, cap. 8, p. 71-6.

LARA CABEZAS, W. A. R. & FREITAS, P. L. de (orgs.). *Plantio direto na integração lavoura-pecuária*. Uberlândia: UFU e APDC. 2000. 282p.

SATURNINO, H. M. A evolução do plantio direto e as perspectivas nos cerrados. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte: Epamig. 2001.

_____. Sustentabilidade do agronegócio: contribuição do sistema de plantio direto. In: CALDAS, R. de A. et alii (orgs.). *Agronegócio brasileiro: ciência, tecnologia e competitividade*. Brasília: CNPq. 1998. p. 215-24.



Kino.com.br

Amigos, *amigos...*

Marcando diferenças e a evolução do setor nos dois países, o trigo tem sido elo de união entre Brasil e Argentina

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

Em fins de janeiro, foi afinal descartada a possibilidade de o governo brasileiro baixar a zero a alíquota da TEC para o trigo proveniente de fora do Mercosul, em razão de os exportadores argentinos, maiores fornecedores, haverem suspendido os embarques, no bojo da séria crise que afeta seu país. A Argentina vinha, desde 1985, retomando a posição que detinha no abastecimento do mercado brasileiro até 30 anos antes, 1955, quando os EUA a afastaram, vendendo-nos o produto em condições extremamente vantajosas. Nos termos da Public Law nº 480, tínhamos um prazo de 40 anos para pagar, em moeda nacional e ainda com a destinação desses recursos à manutenção do aparelho diplomático americano em território nacional e ao então BNDE. Também pesaram naquela época a desconfiança dos conservadores brasileiros quanto aos governos de Buenos Aires, a inconstância da oferta de cereais dos vizinhos e os efeitos da política intervencionista sobre os mercados de alimentos, levada a cabo pelo Partido Justicialista sob Perón.

O afastamento dos dois países nas atividades relacionadas ao trigo chegou a ser apontado como "um dos fenômenos mais paradoxais do comércio entre Argentina e Brasil (...) mesmo sendo o preço do produto argentino mais baixo do que o de outros fornecedores, o Brasil recorria a fontes mais caras, por razões ligadas a fretes, condições de transporte e armazenagem, prazos de pagamento etc".[1]

Em dezembro de 2001, pesquisa apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro[2] foi a primeira a

■ **Fernando Roberto de Freitas Almeida** é coordenador de monografias da Faculdade Moraes Junior, professor da Universidade Gama Filho e da Uerj.

analisar esse fenômeno sob o enfoque da teoria das relações internacionais, apresentando seus fundamentos, intenções e causalidades, considerando as forças profundas atuantes nos dois países. Dados a interdependência que caracteriza o atual sistema internacional e o peso dos dois vizinhos no continente e no mundo, o trabalho igualmente registrou os movimentos feitos pelas potências que disputaram, em diversos momentos, as economias regionais, principalmente, é óbvio, os EUA. Com freqüência razões de Estado puseram obstáculos diversos às empresas do setor, mesmo às grandes firmas cerealistas transnacionais, destacando-se a atuação do intervencionismo do chamado peronismo histórico e o período em que o Brasil procurou alcançar a auto-suficiência em trigo.

As relações econômicas e políticas entre o Brasil e a Argentina nunca deixaram de apresentar pontos de divergência. Provenientes de culturas próximas porém rivais na Península Ibérica, os dois países desenvolveram-se, como analisou Hugo Lovisolo[3], como vizinhos distantes. Historicamente, foram as vendas de trigo para o Brasil que os situaram ao longo de décadas como o terceiro ou quarto maior parceiro comercial um do outro, o que tolheu todas as iniciativas externas de acirrar atritos pontuais. O exemplo mais notável deu-se ao longo dos anos 30 e 40, quando ambos divergiram em torno do apoio na II Guerra Mundial e a Argentina, bem mais rica do que o parceiro maior, antagonizava abertamente os interesses americanos.

Sinais contrários

A formação político-cultural das elites de ambos os países estabeleceu, *a priori*, visões de mundo privilegiadoras de opções freqüentemente autoritárias do que seriam as escolhas racionais para as duas nações. Economicamente, em razão das oportunidades que se apresentaram aos agentes envolvidos na exploração das características físicas dos territórios, Brasil e Argentina alinharam-se distintamente no sistema internacional. O projeto liberal portenho, defendido com destaque pela União Cívica Radical, que acaba de perder o poder, com Fernando de la Rúa, levou a Argentina a se tornar um celeiro do Império Britânico e a ser o país que mais se beneficiou do crescimento do comércio internacional durante os anos de 1870 a 1930.

Paralelamente o Brasil, embora dependente de capitais britânicos, tinha nos EUA o maior mercado de seu principal produto de exportação, o café. Internamente, as elites agrárias brasileiras, cuja força provinha da cafeicultura e da pecuária leiteira, perpetuaram-se no poder até 1930, quando uma proposta mais comprometida com idéias urbanas assumiu o governo. Iniciava-se um novo ciclo no país, cujo líder político, Vargas, provinha do estado fronteiriço mais crítico nas relações com a Argentina e era o mais notável produtor de trigo, o Rio Grande do Sul. No mesmo ano, na Argentina, com um movimento político de sinais contrários aos do brasileiro, a oligarquia agrária voltou à direção do país.

A evolução que se seguiu esteve sempre sob a influência das modificações no sistema internacional, cujos regimes alteraram-se, ao jogo das disputas entre potências, basicamente européias, os EUA e a URSS e Japão, em determinados momentos. A rede de interesses de empresas e governos estrangeiros, evidentemente em grau muito maior dos Estados Unidos, nunca deixou de influenciar as ações dos agentes políticos e econômicos do continente. Influência essa sempre exercida não só pela disputa por mercados ou matérias-primas, mas também ligada a conceitos estratégicos alheios aos reais interesses da América Latina.

A rede de interesses de empresas e governos estrangeiros nunca deixou de influenciar as ações dos agentes políticos e econômicos do continente.

Os argentinos, tolhidos em seu desenvolvimento nas últimas décadas por problemas estruturais diversos, que levaram à malograda experiência do neoperonista Menem, assistiram ao crescimento mais rápido da economia do velho rival, que se tornava cada vez mais complexa. O que poderia haver de complementar foi efetivamente esquecido enquanto critérios geopolíticos preponderavam, por vezes apoiados por projetos de terceiros países. Dessa forma, a fronteira comum, ao invés de sinalizar para uma futura aproximação, que em verdade alguns chegaram a imaginar, era alvo de temores de parte a parte. Desde as bitolas diferentes da rede ferroviária até a grande concentração de tropas, passando por rivalidades culturais diversas, pouco se fez de concreto por décadas no sentido de uma integração.

O significante trigo

Ao longo de todo o tempo, o trigo foi o produto que melhor refletiu as divergências e controvérsias regionais. Dados a superioridade argentina na produção e o fato de ter-se antecipado muito ao Brasil na montagem de infra-estrutura, o afastamento de ambos nesse mercado foi sempre considerado enigmático. No entanto, à medida que o lado brasileiro registrava crescimento econômico mais acelerado, montou-se paulatinamente uma estrutura de intervenção na triticultura (a Argentina fez algo semelhante, não tão profundo, mas era auto-suficiente e exportadora). Durante os anos 40 e 50, viu-se igualmente o início de um período de queda dos excedentes exportáveis argentinos por adversidades climáticas e por políticas agrícolas e cambiais adotadas sob o regime peronista. Evidentemente, em razão de os estados originalmente produtores do cereal serem fronteiriços à Argentina[4], a *expertise* em trigo no Brasil foi dali proveniente. A geopolítica portanto estava sempre implícita nas considerações sobre o setor.

O projeto liberal portenho, defendido pela União Cívica Radical, com Fernando de la Rúa, levou a Argentina a se tornar um celeiro do Império Britânico.

A preocupação com a garantia do abastecimento interno de um produto considerado estratégico levou a uma intervenção estatal cada vez maior na atividade. Embora as atitudes brasileiras intervencionistas, que culminaram com o Decreto-lei nº 210 de 1967 e levaram ao Plano de Auto-Suficiência, tenham resultado de um posicionamento defensivo, acentuado durante os governos militares (talvez não por coincidência, os presidentes responsáveis pelo período de maior intervenção eram todos originários do mais tradicional estado triticultor, o Rio Grande do Sul), a variabilidade da oferta argentina de trigo era eventualmente citada pelos analistas do setor como um fator de afastamento entre os países. Calculou-se mesmo[5] que entre 1970 e 1985 os coeficientes de variação, que relacionam o desvio padrão com o tamanho médio dos saldos, mostraram oscilações de 25,47% para o Canadá, 28,57% para os EUA, 45,32% para a França e 69,58% para a Argentina. Mas, nesse período específico, os argentinos haviam obtido aumentos substanciais no rendimento físico das plantações empresariais e mantinham taxa de câmbio desvalorizada, para exportar mais. Tais exportações priorizavam mercados novos, como a URSS e, posteriormente, a China e o Irã. Isso explica, fisicamente, a variabilidade para o Brasil. De modo não tangível, considera-se que os argentinos sempre demonstraram pouca convicção quanto à permanência dos vários acordos que fizeram com o Brasil.

Trigo no Brasil

Dados da Cepal (1987) mostram que o peso da agricultura argentina na economia do país era maior nos anos 70 e 80 do que o do mesmo setor na brasileira. A Argentina abastecia completamente o mercado interno e gerava de 70% a 75% das exportações. Os chamados grãos e os óleos vegetais detinham percentuais semelhantes nessas exportações. Diferentemente do Brasil, além dessa forte concentração em poucos produtos, havia – e continua havendo – grande concentração geográfica, com 95% da produção de grãos e 80% dos rebanhos situados na região do pampa. Fora de lá fica a agricultura de mercado interno, heterogênea, minifundiária, de baixa produtividade. Os cereais tiveram crescimento menor na produção, nos anos 70 (1,3% anual entre 1970 e 1975 e 2,2% entre 1975 e 1980) no mesmo período em que, no governo Geisel, o planejamento brasileiro começava a projetar safras da ordem de 100 milhões de toneladas no ano 2000. As oleaginosas argentinas tiveram desempenho superior, devido à chegada da soja, concorrente direta do Brasil, e cresceram muito (2,7% no primeiro qüinqüênio e 23% ao ano no segundo).

A estatização do trigo brasileiro evoluiu gradativamente até chegar ao Decreto-lei nº 210, quando a preocupação com a segurança alimentar ganhou relevo, num contexto de reformas econômicas e políticas que os militares se propuseram a realizar (fazia parte do contexto a tentativa de depurar o sistema da corrupção que periodicamente era citada na intervenção incompleta na triticultura, como foi o caso do trigo-papel). Debates realizados no meio acadêmico e entre os políticos enfatizaram a eficiência do Banco do Brasil e a maneira como a ausência da intermediação facilitava o comércio do produto, que escoava contro-

lado por seu único comprador, até os moinhos. Na crise dos alimentos, no início dos anos 70, a tonelada do trigo passou do nível de US$90/tonelada para cerca de US$200/tonelada no mercado mundial. A política de curto prazo de combate à inflação levou o governo a não só manter o monopsônio, como subsidiar o consumo, preocupado com a perda de apoio por parte da população.

Oposição aos projetos autarquizantes e ao subsídio[6] sempre houve, como a do deputado Israel Pinheiro Filho, de Minas Gerais, que no debate comentava o fato de ser o Brasil "o único país tropical que luta para ter a auto-suficiência em trigo". Propunha um acordo bilateral com a Argentina, para que esta parasse de produzir soja, em troca de o Brasil desistir daquela luta. Uma visão simplista para uma realidade bem mais complexa do que uma análise superficial de vantagens comparativas poderia supor. Afinal, os esforços para a auto-suficiência não se baseavam em irrealidades. Não só pesados recursos para as compras oficiais e para a montagem da infra-estrutura foram decididos. Muito se investiu em pesquisa fitogenética e, nos anos 70, material desenvolvido pelas pesquisas de Norman Borlaug no México foi trazido pela Embrapa, tendo sucesso, apesar de terem ocorrido descontinuidades administrativas, freqüentemente apontadas pelos defensores da busca pelo aumento da produção brasileira como o principal obstáculo ao sucesso do empreendimento.

Papel do Estado

A situação do trigo foi peculiar, bastando ver que, embora Brasil e Argentina estivessem aparentemente compartimentalizados, a Bunge y Born atuava com desenvoltura e, no Brasil, associada a grupos regionais, detinha enormes parcelas de mercado, chegando ao máximo com o percentual de 80% no Nordeste, associada a dois grupos nacionais (Macedo e Norte-Nordeste). Isso é compatível com análises de que o capital estrangeiro, não só no Brasil, mas também nos vizinhos, "passou a ser incorporado como um projeto político das elites"[7]. Os grupos multinacionais, por não dependerem de fontes internas de financiamento, usualmente se instalam em outros países com uma capacidade produtiva superior, o que lhes dá diversas vantagens. Já os grupos locais tornam-se dependentes em relação às ações do Estado, visto precisarem de suas agências para o crédito e financiamento.

No final dos anos 80, quando a capacidade de investir do Estado foi se atrofiando e a inflação tornou-se a maior inimiga do subsídio, as análises contrárias à estatização, que vinham crescendo, agigantaram-se.

Na Argentina, reformas que o Brasil faria nos anos 80 começaram em 1977, ao fim do peronismo histórico. Naquele ano foram suprimidos os subsídios ao crédito e se reduziu a taxa real de câmbio, eliminando compensações, o que afetou toda a produção agrícola, em diferentes graus. A produção destinada ao mercado interno passou a competir desfavoravelmente com artigos importados mais baratos, pois se reduziram as proteções alfandegárias. Sobre o pampa, a fértil planície produtora, o resultado, à semelhança do que se viveria a seguir no Brasil, foi redução do investimento, aumento do endividamento e maior risco para o autofinanciamento, o que levou à redução do plantel bovino. Isso provocou tendência ao esgotamento dos solos, já que foram intensivamente cultivados, com rotação de culturas (trigo e soja, como no Brasil, mas também em rodízio com girassol e milho). Houve deslocamento dos rebanhos para terras marginais e conseqüente limitação à ampliação da área de cultivo. O forte peso da agricultura na economia do país trazia vantagens – elevados rendimentos físicos e qualidade – e desvantagens, associadas à concorrência com a principal potência do mundo após 1945.

Tolhidos em seu desenvolvimento por problemas estruturais diversos, os argentinos assistiram ao crescimento mais rápido da economia do velho rival.

Interesses protegidos

A aproximação entre Brasil e Argentina, encerrados os regimes militares nos dois países, teve no trigo um participante destacado e os protocolos do Trigo e de Complementação do Abastecimento Alimentar foram de fundamental importância para os setores agrícolas das duas economias[8]. No entanto, os grupos internos exerceram forte pressão na defesa de seus interesses. Edmundo Klotz, presidente da

Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, chegou a reclamar do fato de que os empresários foram meros coadjuvantes da cerimônia de lançamento dos protocolos, assinando documentos cujo teor desconheciam, como as cotas de importação de trigo.

O setor do trigo foi também o único a apresentar no Brasil proteção efetiva contra as importações. A triticultura, pela ação governamental, foi protegida da concorrência de produto importado, que havia em grande quantidade, mas não a afetava, dado o monopsônio exercido pelo Banco do Brasil.

O encerramento da intervenção governamental, no entanto, não foi bem encaminhado, havendo perda de informações e desprotegendo rapidamente agricultores que não estavam preparados para o fim da reserva de mercado. Em razão de muitos continuarem produzindo precariamente, o Estado permaneceu sendo importante comprador.

O fim da intervenção governamental no setor de trigo no Brasil tornou desprotegidos agricultores que não estavam preparados para o fim da reserva de mercado.

Desde os governos de Sarney e Alfonsín, porém, o complexo agroindustrial se definia cada vez mais como uma rede do Mercosul, e a possibilidade de faltar o produto argentino no mercado brasileiro assustou. Prontamente repercutiu sobre os preços da farinha, criando expectativa quanto a impactos inflacionários.

Curiosamente, também em janeiro, lideranças agrícolas brasileiras entregaram ao secretário nacional de Política Agrícola um documento intitulado "Estratégias para a Recuperação da Triticultura", em que se afirma que cerca de US$1 bilhão são gastos anualmente com as importações de trigo, o suficiente para "custear o plantio de 5,5 milhões de hectares e a colheita de 9,9 milhões de toneladas do cereal"[9]. Diversas entidades privadas e oficiais, entre elas a Companhia Nacional de Abastecimento e a Associação Brasileira das Indústrias de Trigo, elaboraram esse plano de revitalização da plantação de trigo que, visando fazer o país produzir cerca de 60% do trigo que consome[10], volta a lidar com os grandes números apresentados no período do Plano de Auto-Suficiência: o documento considera que o país "tem condições de cultivar mais de 10 milhões de hectares e produzir além de 6 milhões de toneladas". Seu objetivo declarado é rever a política de importações, que "mantém mecanismos de competição desleal e subsídios, colocando o Brasil à mercê das oscilações do mercado internacional". Considerando-se os custos tradicionalmente menores dos argentinos e os compromissos com eles assumidos nos últimos anos, a situação internacional terá de ser bastante bem avaliada.

Notas

[1] CAMARGO, Sônia de. *A integração do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais/PUC-Rio. 1993. 58 p.

[2] *Do grão ao pão: o trigo nas relações entre o Brasil e a Argentina*. Dissertação apresentada na linha de pesquisa História das Relações Internacionais, do Programa de Pós-Graduação em História da Uerj.

[3] LOVISOLO, Hugo. *Vizinhos distantes. Universidade e ciência na Argentina e no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj. 2000. 131 p.

[4] Apenas no final dos anos 70 o Rio Grande do Sul deixou de ser o principal estado produtor de trigo, posição que passou para o Paraná que, nos anos 80, consolidou sua posição, passando a responder por mais de 50% da safra brasileira em anos normais.

[5] VEIGA, Pedro da Mota (org.). *Cone Sul: a economia política da integração*. Rio de Janeiro: Funcex. 1993. 234 p.

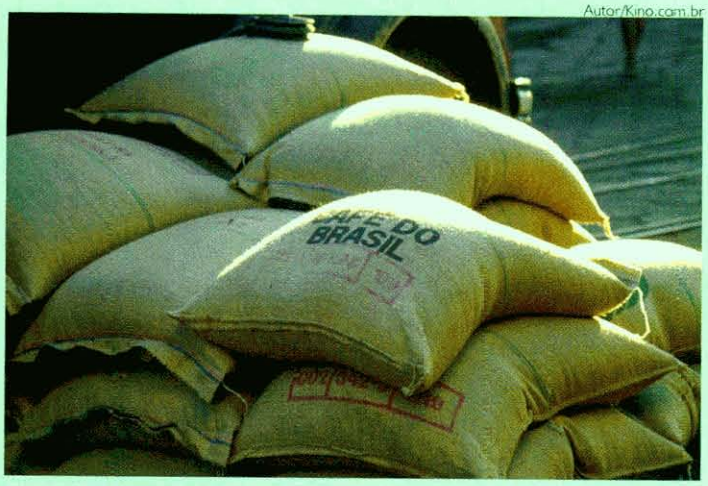
[6] Em termos de subsídios às exportações, o Brasil negociou em 1978 um acordo com os EUA, posteriormente sancionado pelo Gatt (Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio), "tendo sido o primeiro país em desenvolvimento a aderir ao código de subsídios".

[7] *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 207 p.

[8] Acordos Brasil-Argentina. Grupos de interesse e impactos no complexo trigo nacional. Curitiba: Ipardes, 98 p.

[9] *Boletim Informativo Faep*, 14 a 20 jan. 2002.

[10] O documento considera que o país "tem condições de cultivar mais de 10 milhões de hectares e produzir além de 6 milhões de toneladas."



Autor/Kino.com.br

O pulo do gato

A Alca é uma oportunidade para mudar nosso posicionamento estratégico no mercado mundial

MAURO DE REZENDE LOPES

Independentemente de posições negociadoras legítimas, por parte do setor agroindustrial brasileiro, de reivindicações na linha de acesso a mercados – falando dos mercados dos Estados Unidos e Canadá –, é preciso ver as negociações da Alca como uma grande oportunidade para uma verdadeira virada no posicionamento estratégico da agricultura e da agroindústria brasileiras. Cada vez fica mais claro que o comércio mundial se concentrará no futuro – e já é mais de 50% do volume global transacionado – em produtos agroindustriais beneficiados, processados e industrializados. O comércio de commodities tende a perder espaço na constelação de atividades agroindustriais de alta rentabilidade. Não se ganha mais dinheiro com eficácia operacional pura e simples, muito menos com commodities. O que dá mesmo dinheiro é posicionamento mercadológico estratégico. Empresários do setor agropecuário e agroindustrial deveriam voltar sua atenção para um novo paradigma de competitividade no mercado mundial. E posicionamento mercadológico estratégico é buscar o que o mundo vai transacionar no futuro próximo: produtos

MAURO DE REZENDE LOPES é economista, chefe do Departamento de Projetos do Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getulio Vargas. E-mail: mrlopes@fgv.br

processados e industrializados. No mercado, e não tanto na eficácia operacional, estão as soluções para nossos problemas de sobrevivência e geração de lucro.

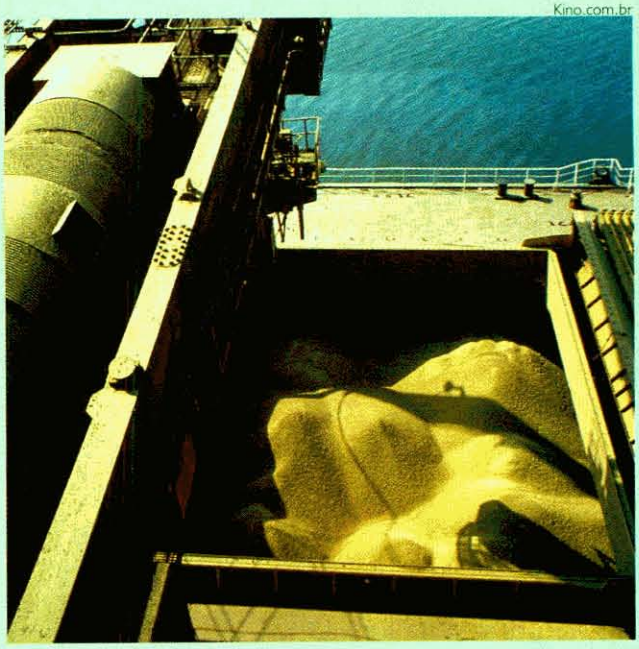
O comércio de produtos processados e industrializados é muito, muito difícil, porque intensivo em tecnologia, conhecimento e gestão estratégica das empresas, que precisam estar sempre na fronteira do *benchmarking* de cada produto. Aí a coisa se complica e muito. Estamos, no momento, fascinados com nossa competência operacional – quando ensaiamos nossos primeiros passos – importantes, diga-se de passagem – na logística e na racionalização de processos industriais. O mundo já mudou há muito tempo. Hoje todo mundo é competente em logística (veja o sistema *up-river* da Argentina). O que nos favorece na competitividade não é um fator tão diferencial assim, pois já é dominado por concorrentes competentes. Eles agora estão se dedicando cada vez mais a posicionamentos estratégicos no mercado de produtos beneficiados, processados e industrializados.

O comércio de commodities tende a perder espaço na constelação de atividades agroindustriais de alta rentabilidade. Não se ganha mais dinheiro com eficácia operacional pura e simples, muito menos com commodities. O que dá dinheiro é posicionamento mercadológico estratégico.

Nas negociações da Alca, a agricultura não pode cometer o mesmo equívoco do empresariado industrial – para ser justo com eles, vale dizer, o equívoco acomete apenas uma parte do empresariado; vamos fazer este reparo necessário, porque é verdadeiro. Grande parte do empresariado vê a competição dos países desenvolvidos da Alca limitada aos produtos importados ou potencialmente importáveis; de resto, uma miopia grave, porque não se compete com o produto em si, que apenas materializa uma série de coisas que estão por trás daquela mercadoria.

Inteligência estratégica

O que está por trás dos produtos transacionados no mercado mundial é cada vez menos conteúdo de commodities e cada vez mais posicionamento estratégico, posicionamento mercadológico, utilização de capacidade de análise de mercado, inteligência de mercado, utilização de ferramentas empresariais modernas, uso de consultoria de gestão, valorização do posicionamento estratégico e, sobretudo, uma permanente gestão estratégica das empresas, num mundo altamente competitivo. Olhar o produto não significa muito, porque ele é só o fim da linha. É preciso ver o que está por trás dele, principalmente o conteúdo de gestão de tecnologia, processos e mercados estratégicos.


Kino.com.br

Com a ameaça da competição dos países desenvolvidos da Alca nos mercados brasileiros, desenha-se uma oportunidade única de uma virada no sentido de melhor padrão de gestão estratégica das empresas do agronegócio brasileiro. Precisamos estar mais atentos a esse desafio e menos envolvidos em uma disputa feroz pelo mercado das matérias-primas.

Marcos Jank afirmou recentemente: "... as empresas hoje crescem ou desaparecem em função de sua capacidade de usar os instrumentos mais modernos do gerenciamento, da eficiência na coordenação com fornecedores e clientes, da competência na área de logística, da rápida incorporação de novas tecnologias, dos investimentos na redução do custo por meio da exploração das economias de escala e escopo, entre outras".

Não podemos mais deixar de concordar com ele.

Pilares *da safra*

Mais recursos da equalização com a dívida agrícola: tendência deve manter-se em 2002

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

De 1997 a 2001 o montante de crédito de custeio passou de R$5,6 bilhões para R$9,8 bilhões. Até julho, término da safra, o Banco do Brasil deve liberar cerca de R$10,5 bilhões e os bancos privados, R$2,65 bilhões – aumento de 22% e queda de 50% em relação ao ano anterior. O montante ficará um pouco abaixo do valor orçado pelo Ministério da Agricultura, de R$14,7 bilhões.

Apesar desse crescimento quantitativo no crédito de custeio, no agregado os gastos com equalização de juros revelam queda, efeito de menor taxa de juros reais. Com a renegociação da dívida agrícola, no entanto, estão inchando os recursos absorvidos com a equalização dos juros – custo da diferença entre juros

Brasil: operações oficiais de crédito
Em milhões de reais

Item	1997	1998	1999	2000	2001*
Custeio agropecuário	261,8	258,7	158,5	123,3	119,4
Investimento agroindustrial			13,6	12,9	45,9
EGF (a)	233,2	28,4	9,8	3,2	2
AGF (b)	800,2	305	193,3	379,1	289,9
Sustentação de preços (c)	1.649,50	182,2	78,7	83	75,2
Total (a+b+c)	2.682,90	515,7	281,8	465,3	367,2
Pronaf	62,3	171,9	287,7	324,5	302,9
Pesa				11,3	29
Securitização	1.100,00	529,3	311	1.125,40	1.231,00
Total	4.107,00	1.475,70	1.052,70	2.062,70	2.095,40

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.
*Até setembro.

Renegociação das dívidas

Procera

- Beneficiados 2.441 mil contratos;
- prazo de pagamento estendido para 15 anos;
- juros reduzidos de 6,5% para 1,15% ao ano;
- início do pagamento das parcelas a partir de 30 de julho de 2003;
- finalização dos acordos até 30 de setembro de 2002;
- bônus de adimplência subiu de 50% para 70% do saldo devedor;
- exigência de pagamento de 35% das parcelas em atraso.

Pronaf

- Beneficiados 30 mil agricultores com dívidas de investimento contratadas entre junho de 1995 e dezembro de 1997;
- bônus de adimplência de 30% sobre R$103 milhões do FAT e R$50 milhões dos fundos constitucionais regionais;
- rebate de 8,8% nos saldos devedores;
- juro da TJLP caiu de 6% a.a. para 3% a.a.;
- débitos de janeiro de 1998 a junho de 2000 incluem R$560 milhões do FAT e R$250 milhões dos fundos para beneficiar 190 mil produtores.

Securitização

- Renegociar 230 mil contratos com saldos devedores até R$10 mil;
- repactuar R$655 milhões por 25 anos a juros fixos de 3% a.a.;
- bônus de 30% sobre as parcelas e de 10% por liquidação antecipada.

Brasil: crédito para comercialização – 2001/02

Produto	Valores em R$ milhões	Quantidade em toneladas
Algodão	266	127 mil
Arroz	252,2	1,0 milhão
Milho	515,5	3,63 milhões
Trigo	64	270 mil
Feijão	33	70 mil

Fonte: MA.

pagos para captação dos recursos e juros cobrados nas operações de crédito rural.

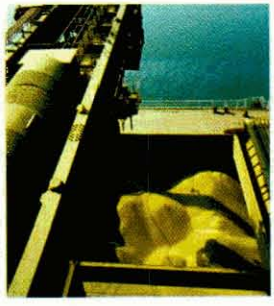
Para 2002, a tendência se manterá diante da negociação anunciada em outubro pelo governo, envolvendo mais de 60% do valor da dívida estimada em R$29,6 bilhões, dos quais R$10,7 bilhões na securitização (Lei nº 9.138); R$7,5 bilhões no Pesa e R$615 milhões no Funcafé.

Há também a renegociação das dívidas da agricultura familiar (Pronaf) e dos assentados da reforma agrária (Procera). Do total de R$4,5 bilhões em dívidas, o governo repactuou R$2,7 bilhões – R$1,08 bilhão no Procera, R$963 milhões no Pronaf e R$655 milhões da securitização com saldos devedores até R$10 mil. A medida custará R$150 milhões aos cofres públicos.

O mecanismo de equalização dos juros sustentado pelo Tesouro Nacional é hoje o mais importante instrumento de apoio do governo federal para o setor primário.

Para a comercialização de grãos, fibras e cereais da safra 2001/02, o governo promete destinar R$1,45 bilhão. Em relação à colheita passada, a expansão dos recursos é de 27%. Cerca de 5 milhões de toneladas serão financiados – um acréscimo de 2,8 milhões de toneladas sobre a temporada anterior. A política oficial perdeu importância na formação dos estoques para priorizar programas específicos de comercialização por produto.

E-mails: regis@fgv.br
pinazza@agroceres.com.br



Revoada na *demanda*

Aumenta a demanda mundial de carne de frango e a produção brasileira acompanha o crescimento

JOSÉ CARLOS TEIXEIRA DA SILVA

O mercado de carne de aves aumentou significativamente desde 1990 devido ao ingresso de vários países importadores, fazendo crescer a produção para atender aos novos consumidores. O comércio internacional ganha cada vez mais importância no mercado de carne de aves. Seus principais exportadores são EUA, Brasil, China, Hong Kong e União Européia. Maiores compradores: China, Hong Kong, Rússia, Japão, Arábia Saudita e México.

A carne de frango representa mais de 90% do comércio de carne de aves no mundo. Todos os continentes a produzem, desde a granja até o processamento industrial. Segundo a FAO, nos últimos 10 anos o rebanho mundial de aves aumentou cerca de 36%, enquanto as demais espécies tiveram incrementos mais modestos: bovinos 3% e suínos 5%. O segmento avícola é um importante fornecedor de proteínas. Contribui com 27% do consumo humano, percentagem que era de 12% nos anos 60.

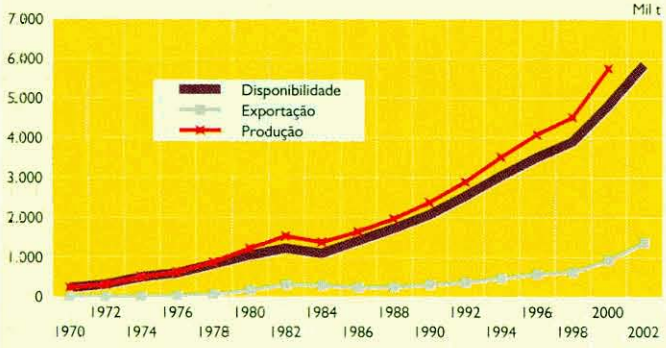
O expressivo aumento do consumo de carne de aves está ligado a preços mais baixos em relação às demais carnes, ausência de restrições religiosas ao consumo, diversidade de produtos e características nutricionais. Essas vantagens são realçadas pela flexibilidade e pela relativa facilidade de produção, intensiva e de ciclo curto.

Tudo a favor

Com base nas recentes variações do consumo, a carne de aves aumentou seu potencial nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Pode-se prever um incremento da demanda, nos próximos anos, como resul-

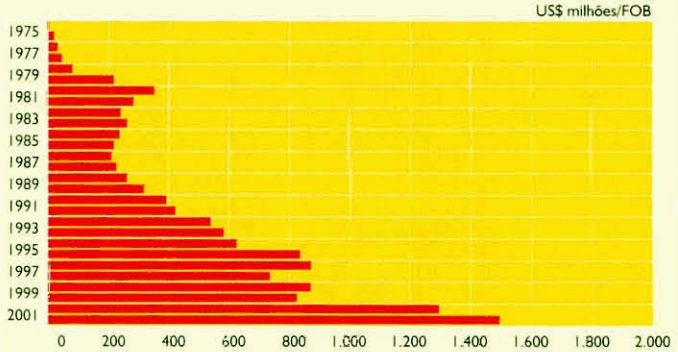
■ José Carlos Teixeira da Silva é consultor.

Brasil: carne de frango, disponibilidade interna, 1970-2001



Fontes: UBA/Apinco/Abef/Secex – MICT.
Elaboração: APA.

Brasil: exportação de carne de frango, 1975-2002*



Fontes: Abef/Secex – MICT
Elaboração: JCTS.
*2001 = previsão; 2002 = estimativa.

tado do crescimento do comércio internacional, em média 4% ao ano nos últimos cinco anos – crescimento atribuído ao consumo de carne de aves –, que no ano 2000 comercializou cerca de 10% de sua produção, contra 5% 10 anos atrás.

No Brasil, este ano a participação da exportação de carne de frango na produção nacional está prevista em 20% – 14% ano passado. O volume exportado pelo Brasil em 2001 está estimado em 1,2 milhão de toneladas, crescimento de 32,34% em relação a 2000. Para o ano vindouro a quantidade prevista é de 1,4 milhão de toneladas (13,75%), com uma receita de US$1,3 bilhão, a maior parte constituída por cortes, com maior valor agregado.

A tendência de desenvolvimento da produção e comércio avícolas tem origem na perspectiva de expansão da população mundial, que conforme o Ined era de 5,9 bilhões em 1999 e está projetada para 8 bi-

Brasil: produção e comércio de carnes

Bovinos	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**
+ Produção	6.150	6.050	6.140	6.270	6.520	6.750	6.985
+ Importação	144	145	102	52	69	40	30
– Exportação	274	229	301	455	480	600	623
= Consumo	6.020	5.966	5.941	5.867	6.109	6.190	6.392
População	158,3	161,0	163,8	166,6	169,5	172,4	174,5
Per capita kg/hab./ano	38,03	37,05	36,27	35,21	36,04	35,90	36,63
Exportação/produção	4,5%	3,8%	4,9%	7,3%	7,4%	8,9%	8,9%
Aves	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**
+Produção	4.144	4.562	4.627	5.641	6.117	6.445	6.835
+Importação	0	0	0	0	0	0	0
– Exportação	582	665	633	802	949	1.215	1.580
= Consumo	3.562	3.897	3.994	4.839	5.168	5.230	5.255
Per capita	22,50	24,20	24,38	29,04	30,49	30,34	30,11
Exportação/produção	14,0%	14,6%	13,7%	14,2%	15,5%	18,9%	23,1%
Suínos	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**
+Produção	1.600	1.540	1.690	1.835	1.970	2.117	2.240
+Importação	1	6	1	1	1	1	0
– Exportação	56	83	103	112	163	240	290
= Consumo	1.545	1.463	1.588	1.724	1.808	1.878	1.950
Per capita	9,76	9,09	9,69	10,35	10,67	10,89	11,17
Exportação/produção	3,5%	5,4%	6,1%	6,1%	8,3%	11,3%	12,9%

Brasil: carne de frango – evolução da produção
1970 a 2002 – em toneladas métricas

Ano	Produção
1970	217.000
1971	224.000
1972	294.000
1973	401.000
1974	484.000
1975	519.000
1976	604.000
1977	698.000
1978	858.000
1979	1.096.000
1980	1.200.000
1981	1.444.104
1982	1.507.533
1983	1.489.364
1984	1.355.914
1985	1.482.507
1986	1.617.322
1987	1.969.840
1988	1.947.197
1989	1.982.640
1990	2.355.549
1991	2.627.746
1992	2.872.252
1993	3.144.127
1994	3.491.000
1995	4.050.449
1996	4.051.561
1997	4.460.924
1998	4.853.577
1999	5.526.045
2000	5.732.412
2001*	6.600.000
2002**	7.200.000

Fonte: Guia aves e ovos.
* Previsão.
** Estimativa.

lhões em 2025, com aumento adicional de consumidores em regiões importantes como o Oriente Médio – 2,2% ao ano, mais 5,5 milhões de pessoas por ano – e a Ásia–, 0,8% e 13 milhões a mais de habitantes por ano.

Países com baixo consumo de carne de aves terão o maior índice de crescimento demográfico, de modo que a demanda de carne de aves deverá ser maior no futuro. Isso será sem dúvida um trunfo para as nações exportadoras, mesmo porque os maiores importadores não alcançarão a auto-suficiência na próxima década. O mercado internacional avícola pode chegar a 7 milhões de toneladas daqui a 10 anos, isto é, será 25% maior do que atualmente.

Fatores importantes

Embora a possibilidade de expansão seja favorável, os exportadores deverão enfrentar três fatores importantes: os preços continuarão a pesar na participação de mercado; a disponibilidade de matérias-primas que entram na composição das rações; o tamanho do mercado interno, que deverá comportar o escoamento da produção. Brasil e Estados Unidos representam dois terços das exportações e poderão atingir três quartos em 10 anos.

A desvalorização do real e do *bath* tailandês teve forte impacto na participação do mercado. Atualmente a situação da economia americana pode contribuir para um dólar menos valorizado e favorecer os Estados Unidos e os países cujas transações acompanham aquela moeda. O Brasil oferece uma ampla gama de produtos, desde o frango inteiro para o Oriente Médio até os cortes e produtos industrializados para os exigentes mercados japonês e europeu. A previsão de aumento de participação no continente europeu tem fundamento no valor dos cortes para sua indústria de processamento a preços convenientes. No Oriente Médio o Brasil continuará ampliando suas vendas, graças a aumento da demanda e maior competitividade. Na Ásia as possibilidades estarão na China, Tailândia e Coréia. A Rússia representa um potencial de vendas de grande importância.

Especialistas do setor analisam que, para tirar proveito das oportunidades que se apresentam, o Brasil deverá produzir, em 2001, 3,4 bilhões de aves (6,02% sobre 2000), correspondentes a 6,7 milhões de toneladas de carne de frango (12,1%); e terá um consumo *per capita* habitante/ano de 31,9kg. Para 2002, estão previstos: produção de 7,2 milhões de toneladas; exportações de 1,4 milhão de toneladas; 5,8 milhões de toneladas para o mercado interno e um consumo *per capita* de 33,4kg, 4,7% maior do que no ano passado. As circunstâncias favoráveis no cenário mundial devem refletir-se no desempenho da atividade avícola brasileira, concorrendo para sua expansão e desenvolvimento.

Exportar ou *morrer*

Fazer o ICMS incidir de novo sobre produtos primários de exportação traria de volta fantasmas já exorcizados

EVARISTO C. MACHADO NETTO

Em 13 de setembro de 1996, o governo demonstrou seu firme propósito de reduzir o custo Brasil, permitindo maior competitividade às exportações de commodities agrícolas brasileiras, ao sancionar a Lei Kandir, Lei Complementar nº 87, que desonerou da gravação do ICMS os produtos primários destinados à exportação. O Brasil cresceu na produção, criando grandes excedentes para exportação (gráfico).

Para atingir essa produção e movimentar safras recordes, é claro que foram feitos grandes investimentos em todos os setores nacionais – tecnologia de satélites (agricultura de precisão), genética (sementes e mudas), indústria de máquinas (plantio, colheita e armazenagem), logística de transporte (rodoviário, ferroviário e fluvial) e nos portos – capacitando empresários e funcionários para o uso de novas tecnologias. Resultado: mais empregos, mais alimentos e melhor renda para milhões de brasileiros.

Expansão e conquistas

O estado do Mato Grosso, no Centro-Oeste brasileiro, colhia em 1996 aproximadamente 4,6 milhões de toneladas de soja. Hoje é o maior produtor nacional, com previsão de 10 milhões de toneladas – benefício da Lei Kandir.

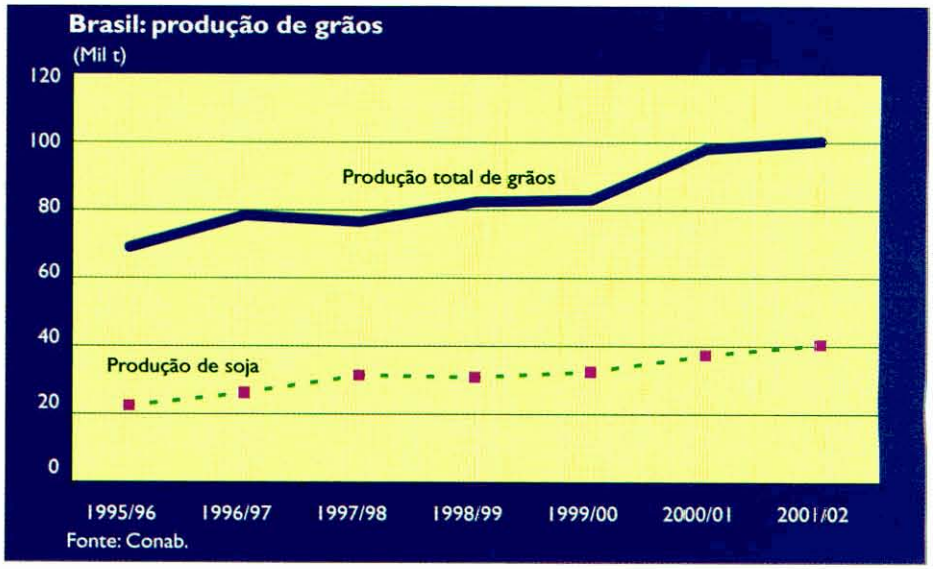
Nesse período, os produtos agrícolas, em especial o complexo soja, registraram os preços mais baixos dos últimos 30 anos e os EUA, maior produtor, para proteger seus agricultores, aprovaram um programa de subsídios que garante ao produtor de soja US$193/t na fazenda, enquanto o preço de referência na Bolsa CBOT gira ao redor de US$160 por tonelada. O Senado americano aprovou recentemente novo reajuste, que deverá elevar esses preços a US$219/t para a soja e US$109 para o milho.

A exportação do milho brasileiro, que esteve paralisada não só por falta de produto, mas também de qualidade, hoje é uma realidade. Abastecido o mercado interno, exportamos 5,8 milhões de toneladas excedentes, garantindo liquidez ao mercado e sustentação do preço ao produtor.

Em São Paulo, dia 27 de novembro, e

Evaristo Câmara Machado Netto é presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) e diretor da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia (Carol).

em Brasília, em 28 de novembro, o ministro do Desenvolvimento, Comércio e Indústria e o presidente da República abordaram o tema "agregação de valor" e utilizaram o mesmo exemplo: "em vez de exportar soja em grão, exportar óleo de soja". Alinhavam-se à intenção de alguns governadores e dos maiores grupos nacionais e multinacionais do comércio de produtos agrícolas: alterar a Lei Kandir, levando a incidência do ICMS de volta para os produtos primários de exportação.



No cenário mundial, os maiores produtores de grãos estão de acordo em que o Brasil reúne as melhores condições de crescimento da produção. Isso explica o trabalho de *lobby* desenvolvido por esses grandes grupos, no Congresso e também nas secretarias e ministérios. Vitoriosos, eles conseguiriam comprimir os preços e, como únicos grandes esmagadores e exportadores, criariam novamente uma reserva de mercado.

Preocupa a posição dos órgãos do governo que assessoram o presidente, os governadores e ministros e deveriam saber que qualquer imposto incidente sobre um produto tem reflexo imediato no preço recebido pelo produtor, inibindo todo o progresso gerado pelo processo de produção.

As razões da soja

No caso específico da soja, grande responsável pelo desenvolvimento socioeconômico de cidades do interior e pelo superávit da balança agrícola brasileira, não se aplica por diversas razões o argumento da agregação de valor com o qual querem justificar a suspensão do benefício da Lei Kandir.

O mercado internacional de farelos e óleos vegetais, além de superofertado, é protegido por tarifas em todos os países. Os Estados Unidos exportam 40% de sua produção de soja na forma de grãos. Países como a Argentina – terceiro produtor mundial – e a China – que hoje faz parte da OMC – tiveram suas plantas industriais instaladas nos últimos cinco anos com um diferencial tecnológico que, aliado ao tamanho das fábricas, permite processar o grão a custos 50% inferiores em relação às fábricas brasileiras.

Não é a volta de impostos sobre a exportação de grãos que nossas autoridades devem defender, mas sim uma efetiva reforma tributária que elimine a guerra fiscal entre os estados e melhore a distribuição da renda.

Brasil: complexo soja – receitas de exportações

Ano	Grão	US$/t	Farelo	US$/t	Óleo	US$/t	Total (US$ milhões)
1996	1.020	279	2.730	242	710	534	4.460
1997	2.452	294	2.681	268	596	530	5.729
1998	2.175	234	1.749	167	828	610	4.752
1999	1.593	179	1.504	144	671	440	3.768
2000	2.188	190	1.648	176	359	334	4.195
2001*	2.322	195	1.750	175	416	320	4.488

Fonte: *Gazeta Mercantil*
*Previsão da Abiove.

Brasil: carne suína

Valores em mil toneladas

Ano	Produção	Consumo interno	Consumo em kg/habitante	Exportação
1996	1.560	1.501	9,56	60
1997	1.540	1.481	9,26	60
1998	1.699	1.617	9,98	82
1999	1.834	1.748	10,7	87
2000	1.967	1.841	10,9	127
2001*	-	-	-	200

Fonte: Abipecs.
* Previsão.

Brasil: carne de frango

Valores em mil toneladas

Ano	Produção	Consumo interno	Consumo em kg/habitante	Exportação
1996	4.051.561	3.482.767	22,05	568.794
1997	4.460.925	3.811.569	23,83	649.356
1998	4.499.186	3.885.709	23,98	612.477
1999	5.526.044	4.755.492	29,14	770.552
2000	5.976.523	5.069.777	29,91	906.746
2001*	-	-	-	1.043.159

Fonte: Abef.
*Previsão.

O mercado consumidor internacional modificou seu interesse de compra, dando preferência ao grão, impondo barreiras a farelo e óleo para proteger seu setor industrial.

No mercado interno, a demanda de farelo e óleo tem aumentado via consumo doméstico, em razão da estabilidade de preços dos produtos agrícolas e também pelo aumento expressivo do consumo interno e da exportação de carnes de frango e suíno.

Há ainda outros dados a considerar:

- a Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, garantiu o ressarcimento aos estados por eventual perda de arrecadação; de acordo com o *Boletim do Banco Central*, a arrecadação dos estados cresceu de R$67,8 bilhões em 1999 para R$82 bilhões em 2000;
- os estados criaram artifícios em seus regulamentos do ICMS, taxando as operações de transferência de estado para produtos destinados à industrialização em outro estado, para posterior exportação;
- a alíquota do PIS/Cofins foi elevada de 2% para 3% em 1998;
- foi criada a CPMF com alíquota de 0,38%;
- instituíram-se cobranças de tributos em alguns estados, a título de fundo de transporte ou desenvolvimento – no Mato Grosso, de cerca de 1,3%, e no Mato Grosso do Sul de 1% sobre o valor do produto;
- foram criados sistemas de pedágios nos principais corredores de exportação que, em média, oneram o preço do produto em 3%;
- a contribuição social previdenciária rural em novembro de 2001 passou para 2,3% sobre a produção (Funrural).

Não é a volta da incidência de impostos sobre a exportação de grãos que nossas autoridades devem defender, mas sim uma efetiva reforma tributária que elimine a guerra fiscal entre os estados. Assim estariam trabalhando para melhor distribuir a renda, diminuir a fome e dar à produção nacional igualdade de condições para competir no mercado internacional, onde os países concorrentes não tributam as exportações, desoneram internamente os produtos alimentares e subsidiam a produção.

Kino.com.br



5ª Conferência Anual

AÇÚCAR E ÁLCOOL

Cenário Internacional • Preços de Mercado
Oportunidades para o Álcool no Brasil • Co-geração de Energia Elétrica



19 e 20 de Março de 2002 - Grand Hotel Mercure - São Paulo - SP

Confira os assuntos que serão abordados nesta conferência:

- Desafios para a expansão do setor sucroalcooleiro e manutenção do equilíbrio entre oferta e demanda de açúcar e álcool
- Avaliação do cenário internacional e as oportunidades para a exportação de álcool para mistura na gasolina
- Questões ambientais, tecnológicas e econômicas que dificultam o desenvolvimento do mercado de álcool combustível no Brasil
- Estratégias e tecnologias para aumentar a produtividade e garantir competitividade das usinas
- Linhas de crédito disponíveis para financiar projetos do setor sucroalcooleiro
- Riscos e oportunidades de investimentos em co-geração a partir do bagaço da cana

Compartilhe experiências com as empresas:

JARDEST AÇÚCAR E ÁLCOOL
GRUPO JOSÉ PESSOA • BR DISTRIBUIDORA
ANFAVEA • MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNICAMP • BNDES • SINDAÇÚCAR
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
CRYSTALSEV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO
GRUPO VIRGULINO DE OLIVEIRA AÇÚCAR E ÁLCOOL
MACROTRADE PLANEJAMENTO E PROJETOS DE COMÉRCIO EXTERIOR

Organização:

ibc International Business Communications
Investing business with knowledge

Solicite a programação completa do evento pelo e-mail: luciana.peixoto@ibcbrasil.com.br ou pelo telefone: (11) 3017.6888. Se preferir, visite o site: www.ibcbrasil.com.br/gc1173

Sob controle

O contrato de boi gordo da BM&F pode proteger os agentes econômicos contra imprevistos da meteorologia ou do mercado

FABIANA S. PEROBELLI

Duas das oportunidades oferecidas pela utilização de mercados futuros – em especial o contrato de boi gordo da BM&F – são a captação de recursos para financiamento pela cédula do produto rural (CPR) e a incorporação de contratos agrícolas nos fundos de investimento.

A função básica do mercado futuro é ser instrumento de gerenciamento de risco pelos *hedgers*. Sabe-se que o risco é inerente à atividade econômica. Um pecuarista, em função de uma forte seca ou geada, pode ter suas pastagens deterioradas, implicando perda de peso do gado que irá afetar a rentabilidade do negócio no mercado disponível do boi gordo.

Outros agentes econômicos, como os frigoríficos, têm de trabalhar com riscos que escapam a seu controle, como a elevação abrupta do preço do boi gordo e a conseqüente elevação inesperada de seus custos. Pecuaristas e frigoríficos portanto usam no mercado futuro a fim de transferir riscos para um terceiro agente, o investidor, cujo interesse está em obter ganhos com as oscilações do mercado.

Os confinadores também são usuários do contrato futuro de boi gordo, pois entre abril e maio adquirem bois magros e fazem a engorda para vender na entressafra, de outubro a novembro. Para não correr o risco de vender o boi gordo a um preço que comprometa sua rentabilidade, o confinador faz a operação de *hedge* de venda na BM&F, garantindo a rentabilidade previamente conhecida, que pode ser comparada com outras alternativas de investimento.

Tanto *hedgers* – os que buscam proteção de preço no mercado futuro – quanto investidores se sentirão atraídos a participar do mercado futuro caso exista o risco de oscilação dos preços. Se o pecuarista de antemão conseguisse determinar a que preço estará o boi daqui a seis meses, não haveria necessidade de *hedge* em bolsa. Como isso não ocorre, é na troca de riscos que está o fundamento básico do mercado futuro.

As oportunidades de investimento no contrato futuro de boi gordo da BM&F estão por exemplo entre as alternativas de captação de recursos para financiamento pela CPR e a incorporação de contratos agrícolas nos fundos de investimento.

Operações com CPR financeira

A operação consiste na compra de uma CPR – equivalente a uma quantidade de cabeças de boi – pelo investidor e na venda simultânea de contratos futuros na BM&F, visando uma taxa de juro predefinida. O emissor da CPR é um pecuarista que será tomador do recurso.

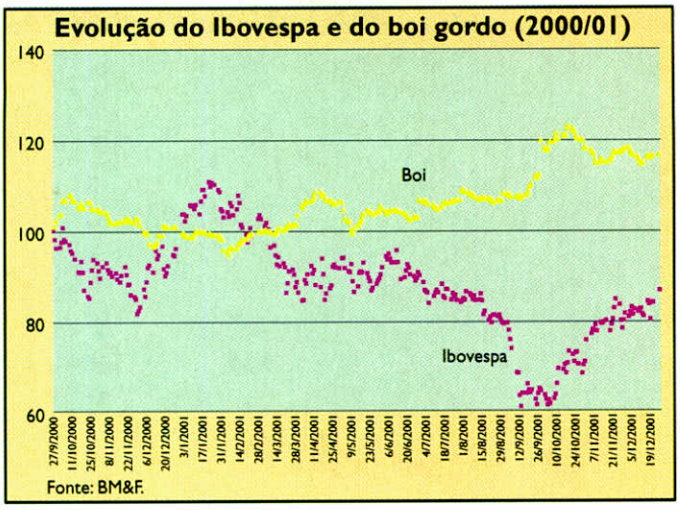
No vencimento da CPR, o vendedor – no caso o pecuarista – irá pagar um equivalente monetário da quantidade acordada ao preço de liquidação do contrato BM&F do dia. Não há riscos para o investidor, que receberá o preço vigente na BM&F. As perdas ocorridas em um mercado serão compensadas por ganhos em outro, já que está garantida a convergência dos preços: a CPR é encerrada pelo preço de liquidação do contrato futuro.

A rentabilidade da operação para o financiador deve ser confrontada com as alternativas oferecidas pelo mercado financeiro. O pecuarista tomador do recurso compara essa taxa com alternativas de financiamento, oferecidas por instituições financeiras, no mercado. A taxa deverá ficar entre o custo de captação e o de empréstimo do mercado naquele momento.

Para o investidor, se a taxa final de an-

tecipação do recurso ao pecuarista e a posterior venda de contratos futuros na BM&F se mostrarem mais rentáveis que as taxas de mercado, apresenta-se uma alternativa interessante de investimento.

Operação semelhante pode ser pensada por algum investidor que comprou um contrato de investimento coletivo (CIC) de arrobas de boi de um pecuarista e irá receber no vencimento o equivalente em arrobas ao preço do dia.



Contrato por fundos de investimento

A utilização do contrato futuro de boi gordo por fundos de investimento baseia-se no argumento de que, ao se constituir uma carteira composta por ativos não correlacionados, existe a possibilidade de redução no risco da carteira sem prejuízo em seus retornos, como demonstra a Teoria do Portfólio, de Harry Markowitz.

O fato de os ativos serem não correlacionados não implica que as curvas não possam ter em determinado momento um comportamento semelhante, mas o fato relevante é que os fatores determinantes do comportamento de um ativo não são os mesmos do outro. O fato de os ativos não estarem correlacionados não implica que as curvas não possam comportar-se de modo semelhante em determinado momento. O que importa no entanto é que os fatores que determinam o comportamento dos ativos não são os mesmos.

A favor da inclusão de commodities como boi gordo numa carteira de investimentos, Schneeweis e Spurgin (2000) mostram que a importância da diversificação da carteira está no fato de eventos econômicos como uma inflação inesperada atingirem de forma diferenciada os ativos financeiros e as commodities. Assim, uma carteira composta pelo índice Bovespa e o contrato futuro de boi gordo será influenciada por variáveis diferentes. Enquanto o primeiro tem como determinantes os fatores que podem afetar o desempenho financeiro das empresas que compõem o índice, o segundo é influenciado por alterações na demanda de carne de boi, na renda da população (implicando maior demanda do produto) ou pela possibilidade de elevação nas exportações de carne bovina.

Matriz de correlação

Resultado de pesquisa

	Boi gordo	Ibovespa
Boi gordo	1	
Ibovespa	-0,7722	1

Fonte: BM&F.

A argumentação foi comprovada por testes de correlação que buscam verificar a relação temporal entre duas variáveis ao longo do tempo. Nota-se pela tabela a baixa relação entre as variáveis. Tais resultados podem ser também visualizados no gráfico, onde se observa que durante o ano de 2001 o boi gordo esteve mais valorizado que o índice Bovespa, refletindo o comportamento cíclico dos preços durante o ano.

No caso em análise foram comparadas duas posições em futuros, uma no índice Bovespa e outra no contrato de boi gordo. Assim, estaria se verificando uma diversificação no componente variável da carteira.

Diversificação no componente de renda fixa

Pode-se comprar uma CPR aliada a uma venda futura, tendo as duas o mesmo índice de liquidação (o contrato futuro). Vários estudos já foram feitos mostrando os benefícios de se trabalhar com uma carteira diversificada. No caso brasileiro há o trabalho de Mattos (2000), que comprovou os benefícios de se montar uma carteira com o índice Bovespa e uma ou duas commodities agropecuárias.

Num total de 230 combinações de carteiras, 114 se mostraram mais eficientes que uma carteira constituída somente pelo índice Bovespa, o que "sugere que houve possibilidades de formar carteiras diversificadas que apresentassem, pelo menos, retorno superior e risco igual ao do Ibovespa ou então risco inferior e retorno igual ao do Ibovespa".

Neste momento em que as aplicações tradicionais estão pouco remunerativas, o investimento em commodities tem-se mostrado uma alternativa rentável. Tanto para perfis agressivos, que utilizariam os contratos para renda variável, quanto para perfis mais conservadores, que poderiam empregá-los em renda fixa.

No caso do contrato de boi gordo, verificam-se algumas oportunidades em operações envolvendo o uso da CPR para obter uma rentabilidade predefinida. E também na diversificação dos ativos que compõem uma carteira, pelos fundos de investimento, através do posicionamento de uma parcela dos recursos em contratos agropecuários.

Referências bibliográficas

MARKOWITZ, Harry. Portfolio selection. *Journal of Finance*, 1952.

MATTOS, F. L. *Análise da utilização de contratos futuros agropecuários em carteiras de ações*. Piracicaba: Esalq, USP. 2000. Dissertação de Mestrado.

SCHNEEWIE, T. & SPURGIN, R. *Commodity investing and diversification benefits to institutional investors*. New York: New York Financial Exchange. 2000.

Fabiana Perobelli é economista da BM&F.
E-mail: fabianap@bmf.com.br

Sobra *chocolate*

Cresce a oferta de chocolate no mundo e no Brasil o preço ao produtor de cacau não chega a incentivar

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

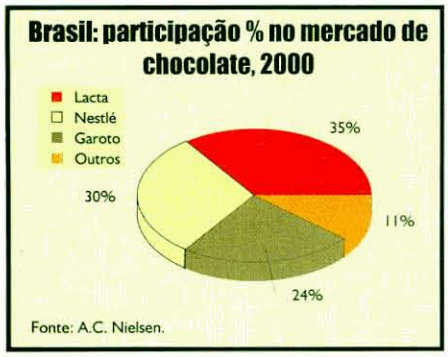
Depois de longo período de declínio, a produção brasileira de cacau dá sinais de retomada. O biênio 2001/02 corresponde à temporada de recuperação da safra da Bahia, responsável por 80% da produção nacional de amêndoas. Normalmente têm-se duas safras: a chamada safra temporã (de maio a setembro) e a safra principal (de outubro a maio).

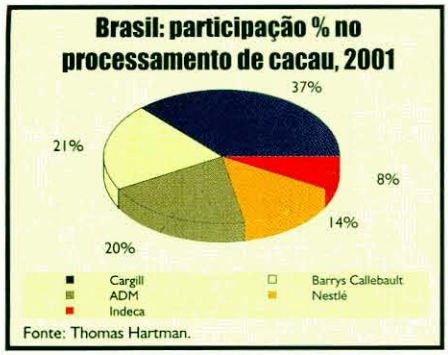
Nos anos 90 aconteceu algo que poucos imaginariam algum tempo atrás: o Brasil passou de exportador a importador de cacau e seus derivados. Contudo a menor oferta interna não elevou o valor pago ao produtor nacional, pois a produção mundial cresceu bem acima da demanda. O pico de preço observado no início de 1999 tem sua própria explicação: a desvalorização cambial ocorrida naquele momento.

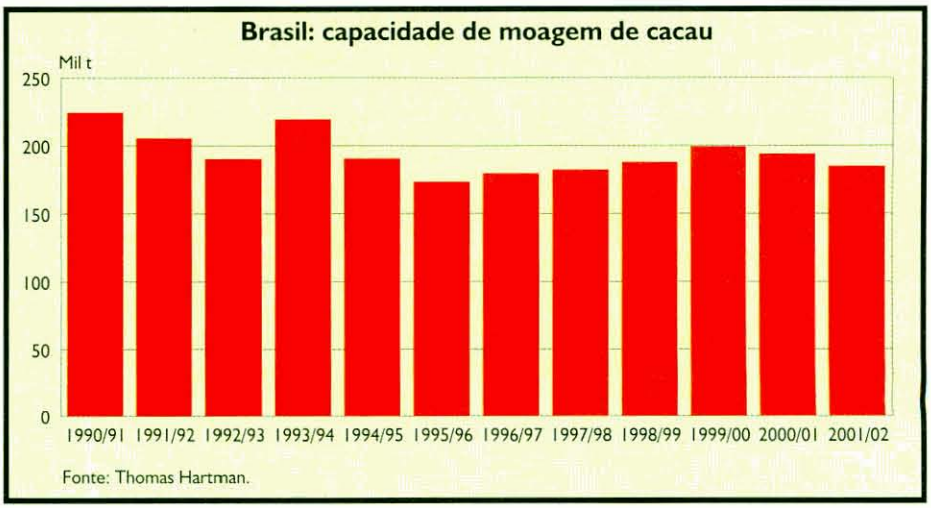
Aposta no chocolate

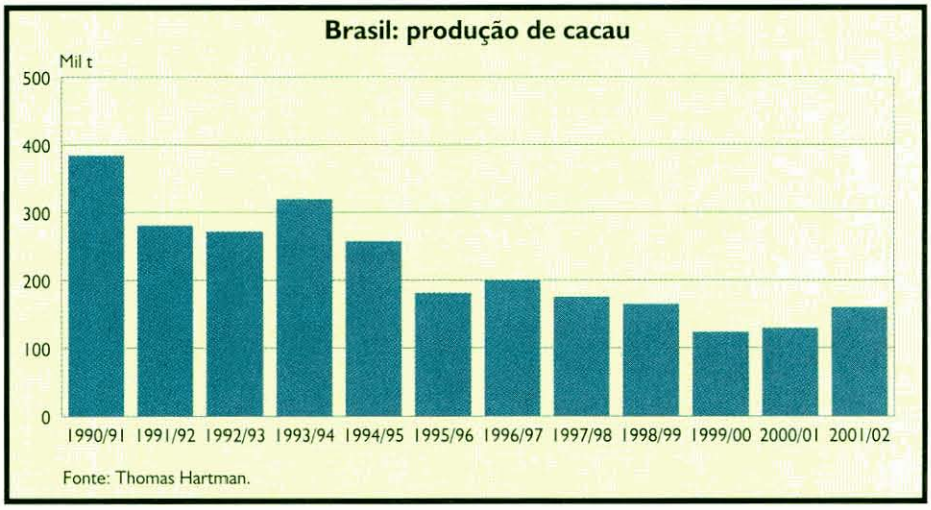
A estabilização em R$2,5 bilhões do faturamento no mercado brasileiro de chocolate nos últimos três anos não significa apatia entre as empresas do setor. A movimentação e troca de mãos prosseguem entre as companhias. Detentora da firma Kraft Foods, a Philip Morris adquiriu em 1996 a Lacta. Em 1998 a Parmalat incorporou a Neugebauer, e em 2001 foi a vez de a Hershey, líder nos Estados Unidos, comprar a Visconti.

Nada está parado. A suíça Nestlé, a italiana Ferrero Rocher e a inglesa Cadbury Stani acompanham de perto as oportunidades para investir no Brasil. Entre 1998 e 2001, a norte-americana Mars, líder mundial em chocolates, e mais a italiana Ferrero construíram fábricas locais e montaram suas próprias redes de distribuição. As grandes líderes, Lacta, Nestlé e Garoto, sentem os ataques da concorrência. O apoio do marketing é fundamental para conquistar nichos diferenciados e mais rentáveis como Páscoa, confeitos e produtos infantis, além de balas e chicletes.









No mercado mundial, as principais bolsas de mercadorias onde se operam contratos de cacau são as de Nova York e Londres. Na formação dos preços internacionais estão as variáveis mais influentes. Uma delas é o ritmo das compras e vendas físicas. Outra, de natureza especulativa, consiste nas tendências globais de oferta e demanda esperadas para o produto.

Mais cacau

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) projeta o quadro mundial de oferta e demanda de amêndoas até 2005. O crescimento da produção está estimado em torno de 1,7% ao ano e o consumo em 1,6% ao ano. A produção chegará a 3,06 milhões de toneladas e o consumo a 3 milhões de toneladas – balanço bem ajustado, que abre perspectivas de manutenção de preços para a commodity.

A atual cotação internacional do cacau alcança os maiores níveis dos últimos três anos, de US$1.200 a US$1.300. A previsão é de uma oferta inferior à demanda. O déficit no ano-safra 2001/02 será da ordem de 200 mil a 250 mil toneladas. A iminência de conflitos internos na Nigéria, um dos maiores produtores mundiais, traz incerteza aos negócios. Líder mundial da produção, a Costa do Marfim especula e retém mercadoria.

Na 64ª reunião anual da Aliança dos Países Produtores de Cacau (APPC), realizada em Ilhéus durante o princípio de outubro último, foi tomada a resolução de criar o Fundo para Promoção do Consumo do Cacau. A idéia é estimular o consumo de chocolate em países onde o produto é quase ignorado, como China e Índia. O programa deverá ser apresentado até abril e envolve publicidade para ressaltar as qualidades alimentícias do cacau e seus derivados.

Para 2002, as grandes empresas do setor não anunciam investimentos no Brasil. A Cargill investiu US$20 milhões em 2000 para ampliar a produção e fabricação do pó preto. Em 1999 a suíça Barrys Callebault havia

aumentado sua capacidade de produção. A Joanes Industrial, departamento da ADM para cacau no Brasil, prossegue no mesmo ritmo operacional.

Expectativa de expansão

A capacidade anual de processamento da indústria nacional segue estabilizada ao redor de 200 mil toneladas de amêndoas anuais. Embora a demanda interna de cacau se mantenha firme, o segmento agrícola apresenta boas perspectivas de curto ou longo prazo nas novas lavouras, das quais esperam alta produtividade além de maior resistência a doenças.

O consumo nacional *per capita* de chocolate, sob todas as formas, atingiu 2,05kg/habitante/ano em 1998, recuou para 1,8kg em 1999, porém permanece superior à média de consumo anterior à de 1994, devendo manter-se nesse patamar nos próximos anos.

A explicação para o fraco desempenho recente do setor moageiro advém da queda das operações de *draw back* – importação para reexportação. Aumentou o custo para trazer mercadoria da África ou da Indonésia sem pagamentos de impostos em troca da exportação do produto acabado (manteiga e pó). As despesas com transporte (frete e seguro) e serviços portuários cresceram e inviabilizam esse tipo de operação.

Mundo: empresas de chocolate

Nome	Origem	Faturamento (US$ bilhões)
Nestlé	Suíça	49,6
Kraft Suchard	EUA	34,9
Mars	EUA	14
Cadbury	Inglaterra	6,6
Ferrero Rocher	Itália	6
Hershey	EUA	4,5
Arcor	Argentina	1,1

Fonte: *Gazeta Mercantil*, 30 ago. 2001.

Na verdade, as grandes empresas de processamento mundial de cacau no mundo são as mesmas em atividade no mercado brasileiro. Suas preferências em termos de investimento têm-se voltado para o continente africano, especialmente Costa do Marfim e Gana, os maiores produtores. Cada vez mais perde sentido embarcar para o Brasil produtos em condições de serem industrializados nessas próprias regiões.

0800 25-7788,
às suas ordens.

Este é o telefone do Departamento de Circulação de *Conjuntura Econômica*. Através dele você assina a revista de economia mais importante do Brasil, fica sabendo onde encontrá-la nas bancas e tira dúvidas sobre números atrasados. Além disso, recebe orientações para o acesso exclusivo do assinante ao conteúdo digital da revista na internet, incluindo as seções Conjuntura Estatística e Índices Econômicos.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O GUIA ECONÔMICO IMPARCIAL DE QUEM DECIDE.

Central de Assinaturas das Revistas do IBRE

Outros estados DDG: **0800.25.7788**
Ligações do Rio: **2559.6040** • Fax: **(21) 2559.6039**

conjunturaeconomica@fgv.br **www.fgv.br/conjuntura.htm**

Processo *irreversível*

Com a desvalorização cambial, os produtos argentinos ficam mais competitivos e nossas exportações mais caras

ARGEMIRO LUÍS BRUM

A economia argentina vinha dando sinais de enfraquecimento há anos; em dezembro passado completara cerca de 44 meses contínuos de recessão. Pela lógica econômica não havia condições de sustentar a paridade cambial de um peso por um dólar estadunidense. No entanto, a Argentina persistiu e hoje paga muito caro por seu erro. O grande pecado argentino foi ter protelado a reforma cambial que o Brasil, ainda em janeiro de 1999, se viu forçado a fazer. Outros países, durante toda a década de 90, haviam passado por isso – o México, no final de 1994; os diferentes países da Ásia, em 1997; a Rússia, em 1998, para ficar com os casos mais expressivos.

A tal ponto chegou o erro argentino que seus dirigentes deixaram para desvalorizar a moeda quando não havia mais reservas para bancar o processo. Juntamente com a desvalorização o governo argentino se viu obrigado a declarar uma moratória de sua dívida externa, comprometendo a entrada de investimentos diretos externos e assustando os capitais já implantados no país.

ARGEMIRO LUÍS BRUM é professor do DECon/Unijui, doutor pela EHESS de Paris-França, coordenador, pesquisador e analista da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (Ceema).

Para sair dessa situação, o país vizinho levará tempo. Possivelmente todo o ano de 2002. No cerne da crise está o déficit público (o Estado gasta mais do que arrecada), fato que gera um rombo por onde escoam os recursos gerados localmente e emprestados externamente – inclusive os recursos das privatizações, que em muitos casos se justificavam. A situação se torna ainda mais grave quando tal déficit não implica benefícios para a sociedade.

O processo cambial que ora se instala na Argentina é irreversível. A desvalorização do câmbio se manterá e deverá anualmente acompanhar a paridade do poder de compra entre a Argentina e os EUA. A questão mais imediata é observar em que nível a relação cambial se estabilizará. Por enquanto, uma coisa é certa: a desvalorização correta tende a ser muito superior à que até agora ocorreu. Muito provavelmente se aproximará dos níveis estabelecidos pelo real (a moeda brasileira), podendo até mesmo ultrapassá-los durante este ano.

Toda e qualquer desvalorização de moeda é um instrumento de competitividade do país que a executa, no contexto do mercado internacional. Os produtos que esse país exporta se tornam mais baratos em dólares no exterior, enquanto os produtos que ele importa chegam mais caros em moeda nacional.

Produtos mais competitivos

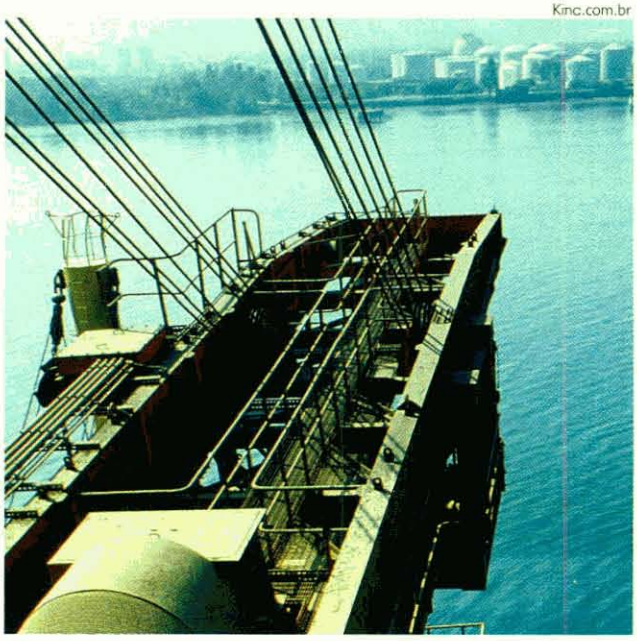
No caso da Argentina, um país essencialmente agroindustrial, uma série de produtos primários se tornam, a partir de agora, mais competitivos no mercado mundial, inclusive no interior do Brasil. Entre eles podemos citar: trigo e farinha de trigo, vinho, arroz, milho, óleo de girassol, óleo de soja, farelo de soja, carne bovina, maçã, leite e derivados. Tal realidade alterará completamente as relações comerciais com o Brasil e particularmente com o Rio Grande do Sul. Os produtores nacionais de tais produtos terão maior concorrência e, portanto, uma dificuldade adicional para manterem seu espaço de mercado.

Os dirigentes argentinos deixaram para desvalorizar a moeda quando não havia mais reservas para bancar o processo. Com a desvalorização o governo se viu obrigado a declarar uma moratória da dívida externa, comprometendo a entrada de investimentos diretos externos e assustando os capitais já implantados no país.

Por outro lado, os produtos que exportamos para os argentinos, como as carnes suína e de frango, ficarão mais caros no país vizinho e devem sofrer uma redução de consumo, tão mais acentuada quanto mais existir a possibilidade de substituição por um produto similar.

No caso específico do trigo, a situação tenderá a rapidamente desmotivar a retomada da produção tritícola nacional, que já enfrentava dificuldades. No ano comercial 2001/02, de fevereiro a janeiro, o Brasil produziu 3 milhões de toneladas (1 milhão no Rio Grande do Sul), tendo que importar aproximadamente 7,2 milhões de toneladas, já que nosso consumo interno beira 10 milhões de toneladas. Diante da pouca oferta existente e dos altos preços de importação até então registrados, o trigo nacional iniciou o ano de 2002

Kinc.com.br



com preço médio de R$15,00/saco ao produtor no balcão. Um preço 27% superior ao registrado na mesma época de 2001 – uma valorização bem acima da inflação oficial, a qual ficou em 7,67% (IPCA-IBGE) no ano passado. Em dólares, o preço do trigo iniciou o ano valendo US$6,52/saco, preço bem abaixo da média dos últimos 10 anos, que é de US$7,66/saco.

Essa realidade tende a se modificar em 2002/03. O trigo argentino, que representa cerca de 95% de nossas importações do cereal, assim como a farinha, entrará no Brasil mais barato. Não se pode esquecer que a produção tritícola da Argentina, neste ano, chegou a 17 milhões de toneladas, havendo um pouco mais de 12 milhões de toneladas disponíveis para exportação.

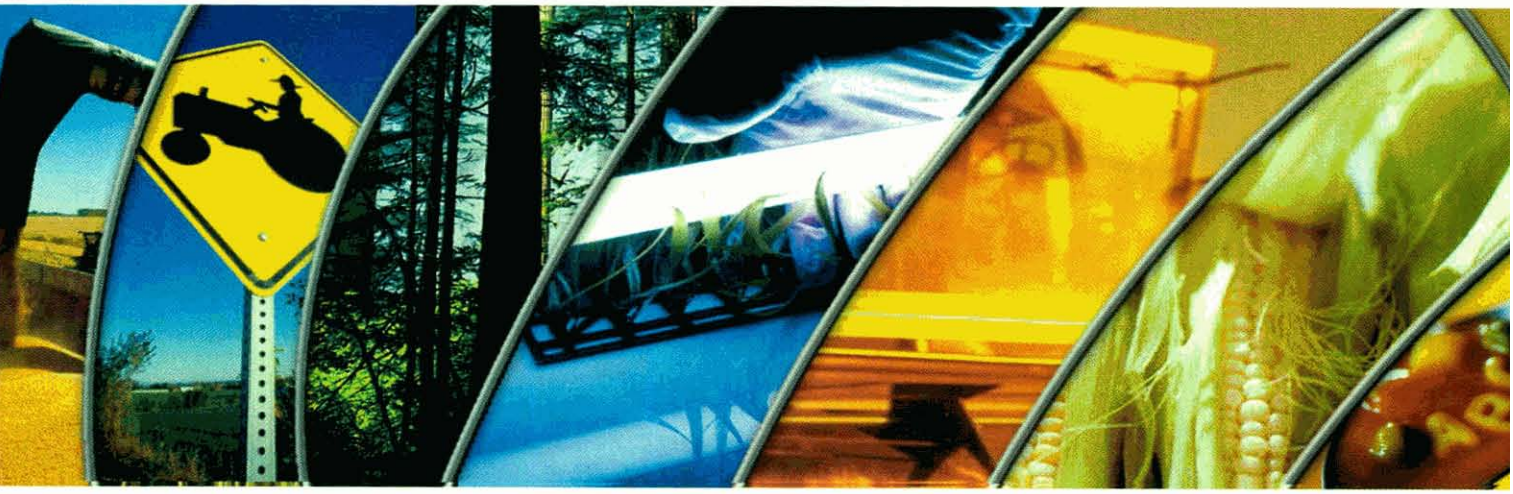
A possibilidade de abastecimento na Argentina sobre novas bases de preço forçará os preços do trigo nacional a um recuo e, se não houver intervenção federal, deverá levar à redução da área plantada com o cereal. Mesmo que o Brasil necessite sempre do produto nacional para fazer a tradicional mistura, o volume produzido no Brasil e no Rio Grande do Sul poderá recuar em 50%, chegando a níveis vistos no passado recente, ou seja, algo entre 1,5 e 2 milhões de toneladas (400 a 600 mil toneladas no Rio Grande do Sul). Com a agravante de que a produção recentemente colhida foi boa e deve formar estoque de passagem relativamente importante, que poderá pressionar ainda mais o mercado interno neste novo ano.

Um lançamento FGV/ ABAG

AGENDA PARA A

Competitividade

DO AGRIBUSINESS BRASILEIRO



UM BANCO DE DADOS EM FORMA DE LIVRO



Para mais informações, reservas e consultas:

288 páginas ricamente ilustradas, com informações sobre as principais cadeias do agronegócio, preparadas pelo corpo técnico de Agroanalysis. Um trabalho com a qualidade editorial e a credibilidade da FGV e ABAG.

FORMULA PROMOÇÕES E EVENTOS
Rua Fulvio Morganti, 64 – Mandaqui – São Paulo – Capital – Cep: 02417-170
Tel./Fax: (11) 6232-2114 E-mail: formula@netpoint.com.br A/c: Rosa Broglieto

Sem medo de competir

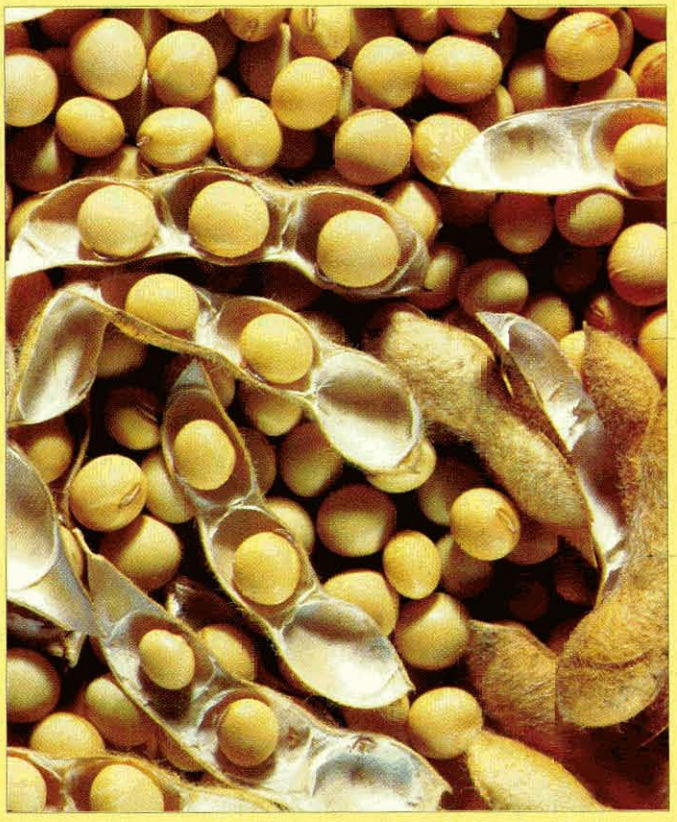
A soja no Brasil já alcançou a produtividade dos Estados Unidos e tem condições de alcançá-los também na produção

AMÉLIO DALL'AGNOL

A trajetória da soja no Brasil, que em menos de meio século passou de uma curiosidade para o principal item da pauta das exportações agrícolas brasileiras, é um fenômeno. Sua importância para nossa balança comercial tem sido fundamental, pois um em cada quatro dólares exportados pelo setor agroindustrial brasileiro tem origem no complexo soja. Ela responde por uma receita cambial direta superior a US$5 bilhões anuais – cerca de 10% do total de ingressos provenientes das exportações do país – e 10 vezes esse valor em benefícios indiretos, gerados ao longo de sua extensa cadeia produtiva.

Mas, apesar da atual liderança no mercado das commodities agrícolas brasileiras, a soja é uma cultura relativamente nova no Brasil. Ela se estabeleceu como cultura economicamente importante somente a partir dos anos 60, quando a produção se multiplicou por cinco, passando de pouco mais de 200 mil toneladas – menos de 1% da produção mundial – para mais de 1 milhão de toneladas, 98% das quais colhidas na região Sul. Passados 40 anos, o Brasil é o segundo produtor mundial: colhe cerca de 38 milhões de toneladas e responde por 22% da produção global.

O expressivo crescimento da produção de soja nos anos 60 foi apenas o começo de uma trajetória de êxitos que ainda perdura. O incremento da produção na década seguinte seria ainda mais significativo, começando com 1,5 milhão de toneladas em 1970 e terminando a década com mais de 15 milhões. A maior parte desse volume ainda era produzida nos três estados da região Sul, mas o Centro-Oeste já dava sinais de seu potencial como produtor de grãos, o que se confirmaria nas duas décadas seguintes.



Crescimento exponencial

Muitos fatores contribuíram para que a soja se estabelecesse como importante cultura, primeiro no Sul nos anos 60 e 70 e posteriormente nos trópicos brasileiros nos anos 80 e 90. Alguns desses fatores foram comuns a ambas as regiões. Entre os que contribuíram para seu rápido estabelecimento na região Sul estão os incentivos fiscais disponibilizados para o trigo, que também favoreceram a soja; a expansão da lavoura do trigo no inverno, favorecendo a implantação da soja no verão; a adaptação de um conjunto de boas tecnologias provenientes do sul dos Estados Unidos; um intenso programa de recuperação de fertilidade do solo no Rio Grande do Sul nos anos 60; os altos preços da soja no mercado internacional nos anos 70; a demanda de óleos vegetais, mais saudáveis, para substituir as gorduras animais; o estabelecimento de importante parque industrial de insumos, maquinário e

O desenvolvimento de tecnologias adequadas transformou o Brasil no único país do mundo a produzir soja em regiões tropicais. Nos demais países, o cultivo da soja ocorre em regiões subtropicais ou temperadas.

processamento do grão; estabelecimento de um bem estruturado sistema cooperativista que apoiou a produção e a comercialização das safras; a melhoria dos sistemas viário, portuário e de comunicações e o estabelecimento de uma bem articulada rede de pesquisa envolvendo os setores público e privado.

As décadas de 80 e 90 repetiram, na região tropical do Brasil, o fantástico crescimento da produção de soja ocorrido nas décadas anteriores na região Sul. Em 1970, menos de 2% da produção nacional era colhido nessa região; em 1980 passou para 20%; em 1990 já era superior a 40% e atualmente supera os 50%, com tendência a ocupar mais espaço a cada safra.

Entre os fatores que mais contribuíram para esse fenômeno no Brasil central estão: a melhoria da infra-estrutura regional, incentivada pela construção de Brasília na região; os incentivos fiscais disponibilizados para investimentos na região; o baixo preço da terra de cerrado nos anos 60, 70 e 80; o bom regime de chuvas para os cultivos de verão; a topografia favorável para a mecanização; as boas características físicas dos solos de cerrado e, mais importante do que tudo isso, o desenvolvimento de um conjunto de tecnologias genuinamente brasileiras, apropriadas para regiões tropicais com baixas latitudes. O desenvolvimento dessas tecnologias transformou o Brasil no único país do mundo a produzir soja em larga escala em regiões tropicais. Nos demais países produtores, o cultivo da soja ocorre, predominantemente, em regiões subtropicais ou temperadas, com latitudes próximas ou superiores a 30º.

Para crescer ainda mais

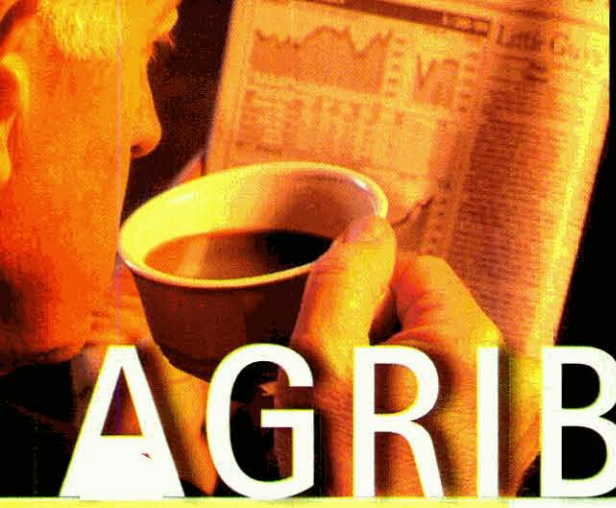
O crescimento da produção de soja no Brasil – mais de 30 vezes no transcorrer de apenas três décadas – determinou uma seqüência de mudanças sem precedentes na história do país. Foi a soja, inicialmente apoiada pelo trigo, a grande responsável pelo surgimento da agricultura comercial no Brasil. Ela acelerou a mecanização das lavouras; modernizou o sistema de transportes; expandiu a fronteira agrícola; promoveu a interiorização da população brasileira – excessivamente concentrada no Sul e no litoral; profissionalizou e incrementou o comércio internacional; modificou e diversificou a dieta alimentar dos brasileiros; acelerou a urbanização do Brasil; apoiou a tecnificação de outras culturas – destacadamente a do milho – assim como impulsionou e descentralizou a agroindústria nacional, promovendo o desenvolvimento da avicultura e da suinocultura brasileiras.

O futuro dessa nova fronteira agrícola dependerá da competitividade de sua produção no mercado nacional e internacional. Para isso a região precisa do apoio governamental, destacadamente de políticas que incentivem a produção, via incremento das exportações, desonerando a cadeia produtiva da atual carga tributária. Precisará também abrir novas e mais baratas vias de escoamento da produção, integrando rodovias, ferrovias e hidrovias aos sistemas de transporte da produção, indispensável para que o país possa reduzir a importância desse item na composição do custo do produto que chega aos mercados internacionais. O custo do transporte rodoviário é duas vezes o ferroviário e quatro vezes o hidroviário. Apenas para ilustrar, 67% da soja brasileira são transportados por rodovias, contra 16% da americana. Em contrapartida, 61% da soja americana viajam por hidrovias, contra 5% da brasileira.

Entre os grandes produtores mundiais de soja, o Brasil figura como o país que apresenta as melhores condições para aproveitar o esperado aumento da demanda mundial do produto, como conseqüência do crescimento da população; aumento do poder aquisitivo dessa população; novos usos industriais da soja (biodiesel, tintas, vernizes); aumento do consumo de soja para alimentar frangos e suínos, cuja carne passou a ser mais consumida, como conseqüência da doença da vaca louca, que também determinou a substituição da farinha de carne por farelo de soja, como fonte protéica para a ração de bovinos.

É o Brasil mostrando a sua cara, sem medo de competir. Já alcançamos a produtividade dos Estados Unidos e temos condições de alcançá-los também na produção. Só precisamos de tratamento equânime, o que implica eliminação do protecionismo e dos subsídios, práticas abusivas que distorcem o livre comércio, enfaticamente condenadas por quem, cinicamente, mais as pratica: os países ricos.

Amélio Dall'Agnol é pesquisador da Embrapa Soja.
E-mail: amelio@cnpso.embrapa.br



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

GESTÃO ESTRATÉGICA EM AGRIBUSINESS

Fundamentos e oportunidades

Público alvo

Profissionais em cargos de gerência em empresas do agribusiness, nos segmentos da indústria de insumos; empresas e cooperativas agropecuárias; indústria de processamento (alimentos, bebidas, fumo, fibras e energia renovável); distribuição (atacado e varejo) e prestadores de serviços (tradings e instituições financeiras). Profissionais que desejam ingressar na moderna era do conhecimento estratégico na carreira administrativa e no ramo do agronegócio.

Objetivo

Dar aos participantes uma visão integrada do agribusiness e de gestão empresarial. Capacitar os seus participantes com ferramentas empresariais modernas de planejamento, organização, direção e avaliação aplicados ao agribusiness. Desenvolver habilidades de análise de empresas e mercados e elaboração de planos de negócios.

Metodologia

O programa consiste em três módulos, que poderão ser realizados independentemente. O participante que completar os três módulos, totalizando uma carga horária de 370 horas-aula, poderá obter um certificado de Especialização Lato sensu em "Gestão Estratégica em Agribusiness", desde que cumpra os requisitos de freqüência, notas de avaliações e apresentação do trabalho de conclusão do curso. O curso baseia-se na exposição dialogada, que dará suporte aos debates, vivências, discussão de textos, exercícios de situações práticas e atuais, jogos, além do uso de dinâmica de grupo e de estudos de casos.

Realização do Módulo I

Número de aulas: 120
Dia da semana: Sábado
Horário: das 8h30 às 18h
Início: 23-3-2001
Término: 22-6-2001
Preço: R$4.560,00 à vista ou 1+3 *parcelas de* R$1.175,30

Módulo I - Fundamentos e oportunidades no agribusiness (120 aulas)

- Política Agroindustrial e Cadeias Produtivas
- Fundamentos de Economia Brasileira e Internacional
- Análise de Preços Agrícolas
- Fundamentos de Matemática Financeira
- Mercados Futuros e Bolsas
- Novos Instrumentos de Financiamento da Agricultura

Módulo II - Liderança e organização no agribusiness (120 aulas) (programado para o 2º semestre de 2002)

- Comunicação e Técnicas de Apresentação
- Liderança, Motivação e Formação de Equipes
- Gestão de Pessoas no Agribusiness
- Gestão de Processos e Qualidade
- Logística Empresarial para o Agribusiness
- Sistema de Informações para o Agribusiness
- Comercialização e Vendas

Módulo III - Gestão e planejamento no agribusiness (130 aulas) (programado para o 1° semestre de 2003)

- Fundamentos de Gestão Estratégica
- Metodologia de Elaboração de Plano de Negócios**
- Contabilidade e Análise do Desempenho das Empresas do Agribusiness
- Análise de Projetos
- Marketing Aplicado à Empresa do Agribusiness
- Direito Tributário, Ambiental e Trabalhista
- Estratégias Empresariais para o Agribusiness

Local de realização

A FGV-EAESP dispõe de 2 endereços para realização dos cursos do GVpec:
Prédio 1 - Av. 9 de julho, 2029
Prédio 2 - Rua Bela Cintra
Os participantes serão comunicados previamente em qual dos endereços acima foi alocado o curso de sua escolha. O GVpec se reserva o direito de cancelar o curso que não atingir um número mínimo de inscrições.
As datas de término apresentadas são as previstas, podendo sofrer alterações.

Outras informações

GVpec - Programa de Educação Continuada
Av. 9 de Julho, 2029 - 8º andar - CEP 01313-902 - São Paulo – SP
Tel. (11) 3281.7777 - Fax (11) 288.2295 / 288.7480
gvpec@fgvsp.br
Horário de atendimento: das 9h às 21h

TODOS OS INSCRITOS RECEBERÃO UMA ASSINATURA DE AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Coordenadores:
Profª. Antonio Carlos K. Aidar
Profª. Ivan Wedekin

** Os alunos que desejarem um certificado de pós-graduação lato sensu "Especialização em Gestão Estratégica em Agribusiness" deverão ter completado os três módulos cumprindo a exigência de notas e freqüência, e ao fim deste terceiro módulo deverão apresentar um plano de negócios.

Preços do agronegócio

Valores nominais

Produto	Novembro	Δ% mês anterior	Δ% mês ano passado	Δ % acumulado ano passado	Δ% 12 meses
Algodão em caroço (kg)	0,60	0,000	3,279	3,226	-6,250
Amendoim em casca (kg)	0,65	4,839	-8,824	-39,583	12,069
Arroz em casca (kg)	0,36	2,857	0,000	-14,286	50,000
Banana (dúzia)	0,40	0,000	-2,632	-15,556	5,263
Batata-inglesa (kg)	0,43	-15,686	11,321	138,095	-14,000
Cacau (15kg)	42,53	8,995	-1,376	-13,054	95,271
Café em coco (kg)	0,78	0,000	-1,818	-36,306	-22,000
Cana-de-açúcar (t)	27,10	5,859	3,117	58,528	14,346
Feijão (kg)	1,07	-5,310	-4,615	-3,077	69,841
Fumo em folha (kg)	2,49	1,633	0,000	0,881	8,734
Laranja (cento)	5,38	4,873	11,374	6,075	137,004
Milho (kg)	0,19	5,556	0,000	-21,739	5,556
Mandioca (t)	71,42	1,463	-4,371	-20,534	-0,460
Soja (kg)	0,44	2,326	3,571	6,897	41,935
Tomate (kg)	0,35	2,941	0,000	-11,111	-12,500
Trigo em grão (kg)	0,26	0,000	-4,348	10,000	18,182
Cebola (kg)	0,52	-11,864	-8,889	20,000	44,444
Mamona (kg)	0,39	2,632	-5,128	-30,909	2,632
Pimenta-do-reino (kg)	2,52	7,234	-23,016	-60,976	-21,250
Sisal (kg)	0,36	0,000	0,000	10,000	9,091
Uva (kg)	–	–	–	-1,020	-100,000
Bezerro até um ano (cabeça)	235,88	-3,352	2,630	21,614	15,713
Boi gordo para corte (15kg)	43,16	1,434	0,361	8,667	10,327
Vaca leiteira de raça (cabeça)	928,89	1,041	2,468	9,822	13,166
Vaca leiteira comum (cabeça)	542,87	0,090	4,653	17,559	12,853
Suíno para corte (15kg)	23,49	7,851	1,953	6,476	10,750
Frango/galinha para corte (kg)	1,14	7,547	1,818	8,824	2,703
Leite (litro)	0,29	0,000	-5,882	3,448	-3,333
Lã (15kg)	47,86	11,044	22,256	18,451	70,990
Ovos (dúzia)	0,91	2,247	-2,247	8,333	0,000
Mel de abelha (litro)	5,77	-2,698	-0,176	9,605	-0,859
Boi magro (cabeça)	402,32	-0,662	2,318	20,191	10,237

Indicadores do agronegócio

Brasil: Índice de preços recebidos e pagos pelos agricultores

Valores nominais (base agosto de 1994 = 100)

Produtos Média	Lavouras[1]	Lavouras-Produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Ago. 2001	196,656	207,412	172,513	153,122	181,437	176,188	209,468	201,046	171,704	236,826	308,219	221,333
Set.	201,802	215,226	174,009	148,968	182,841	180,471	211,173	204,056	172,544	239,651	309,917	223,650
Out.	205,515	224,156	170,996	149,950	185,451	183,288	214,563	205,827	174,183	254,212	311,495	227,969
Nov.	209,350	227,692	174,950	154,337	189,598	186,200	214,880	207,795	178,112	254,871	316,030	230,182

Fonte dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas, IBRE-FGV.

[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Para pagamentos com cartão de crédito ligue
0800-25-7788,
ou acesse:
http://www.fgv.br/conjuntura.htm

Assine agora a revista que vale por uma consultoria.

Assine hoje *Conjuntura Econômica* e faça economia. Além de 30% de desconto na assinatura anual, você ainda paga com qualquer cartão de crédito em até 05 vezes sem juros. Se a assinatura for por dois anos, o desconto é ainda maior: 40%! E você também pode parcelar em até 6x no cartão. Assim, você receberá mensalmente os artigos assinados pelos mais renomados especialistas e ainda garante o recebimento das edições especiais de *Conjuntura Econômica*.

Assine Conjuntura Econômica *e tenha acesso exclusivo ao conteúdo de cada edição, via internet. E mais: você ainda recebe, através de nossa home-page, todos os índices apurados e divulgados pela Fundação Getulio Vargas, que há mais de meio século é marca de credibilidade.*

30% DE DESCONTO
5X S/JUROS
NO CARTÃO
(ASSINATURA ANUAL)

A mais ampla e profunda cobertura

Economia Internacional – Entrevista – Macroeconomia – Política Fiscal – Macroeconomia – Debates – Finanças – Energia – Seguros, Previdência e Capitalização – Management – Marketing – Mercado & Negócios – Temas Sociais – Livros & Idéias – Internet Sites – Conjuntura Estatística – Índices Econômicos Opinião – Ranking de Empresas – Análise Setorial











Os mais destacados colaboradores

AFFONSO CELSO PASTORE – ALBERTO FURUGUEM – ALCIDES TÁPIAS – ALZIRA ALVES DE ABREU – ANTONIO CARLOS PÔRTO GONÇALVES – ANTONIO KANDIR – BENEDICTO FONSECA MOREIRA – BERNARDO SORJ – CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA – CARLOS GERALDO LANGONI – CARLOS SENNA FIGUEIREDO – CHRISTOPHER FLAVIN – CID HERÁCLITO DE QUEIROZ – EDMAR BACHA – EDSON P. GUIMARÃES – EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA – ERNANE GALVÊAS – FABIO GIAMBIAGI – FRANCISCO DORNELLES – FRANCISCO GROS – RENÊ GARCIA JR – HELIO PORTOCARRERO – HENRI PHILLIPE REICHSTUL – HORACIO LAFER PIVA – IVES GANDRA MARTINS – JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS – JOSÉ LUIZ ALQUÉRES – JOSÉ MÁRCIO CAMARGO – JOSÉ PASTORE – MAÍLSON DA NÓBREGA – MARCELO GIUFRIDA – MARCELO NERI – MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – MARCO AURÉLIO FERREIRA VIANA – MARCOS CINTRA – MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES – NOENIO SPÍNDOLA – PAULO SIDNEY DE MELO COTA – PIMENTA DA VEIGA – ROBERTO FENDT – RICARDO PAES DE BARROS – ROBERT MUNDELL – ROBERTO DAMATTA – ROBERTO GIANNETI DA FONSECA – ROBERTO LAVAGNA – ROBERTO MACEDO – RUBEM CESAR FERNANDES – RUBENS PENHA CYSNE – RUBENS RICUPERO – STEFAN BOGDAN SALEJ – WAGNER GRANJA VICTER

CENTRAL DE ASSINATURAS:

Rio: (oxx21) 2559-5565
Outros estados: 0800 25-7788
Fax: (oxx21) 25596039

Central de Assinaturas do IBRE
Praia de Botafogo, 190 / sala 925 - Botafogo
Rio de Janeiro - RJ - cep: 22.253-900

www.fgv.br/conjuntura.htm
conjunturaeconomica@fgv.br

Criação: editoria de arte

Tendências dos mercados

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de janeiro e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de fevereiro de 2002. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para janeiro de 2002. Os preços de fevereiro de 2001 são nominais.

Por Carlos Cogo*, Luiz Antonio Pinazza, Regis Alimandro, Gregory Honczar

MERCADO INTERNO

Algodão (6) Sul do Brasil – R$15kg disponível

O mercado de algodão continua com preços firmes nesta entressafra. Nas principais praças de comercialização do país, quem ainda tem algodão armazenado resiste em vender, o que garante a sustentação dos preços. A partir de março, os preços devem perder sustentação, com o início da colheita no Paraná, São Paulo e sul de Mato Grosso do Sul. O volume é pequeno nesses estados, mas as indústrias vão começar a pressionar o mercado com a colheita. A pressão, no entanto, não deverá ser grande, de vez que os três estados que abrem a nova safra brasileira de algodão não vão colher o suficiente para o consumo de suas próprias indústrias.

Arroz agulhinha R$/sc. 60kg

A realização de leilões na safra 2000/01, entre setembro de 2001 e janeiro de 2002, no Rio Grande do Sul, derrubou os preços de uma média de R$20,08 por saco de 50kg para R$18,21, uma queda acumulada de R$1,87 por saco de 50kg. Os leilões próximos à safra 2001/02 serviram para deprimir os preços do arroz em casca e beneficiado, mantendo o mercado sobreofertado, e não evitaram a entrada dos estoques remanescentes da Argentina e Uruguai, que entrariam no Brasil, como sempre ocorre, nos últimos meses do ano-safra.

Boi gordo R$/arroba

O mercado físico do boi gordo continua com dificuldades nas compras e os negócios seguem lentos. O volume dos negócios no mercado atacadista de carnes continua baixo e absorve pouco dos estoques existentes nas indústrias, que já não são altos. O Brasil irá depender, novamente, em 2002, do mercado externo para ampliar suas vendas de carne bovina. Essas vendas não deverão, contudo, registrar o crescimento expressivo que vem sendo registrado nos últimos anos, principalmente em 2001. O potencial de crescimento do consumo interno é enorme mas isso depende de uma melhor distribuição de renda. Depois de registrar um aumento de 42,55% em 2001, dificilmente as exportações brasileiras terão crescimento semelhante em volume físico no curto e médio prazos. Em 12 meses, as exportações brasileiras de carne bovina passaram de 553.701t para 789.349t equivalente carcaça.

Café tipo 6/sc. 60kg

O cenário no mercado doméstico pouco se alterou nas últimas semanas. Há poucos vendedores e os compradores procuram preferencialmente cafés de qualidade superior. Quem tem qualidade, tem liquidez e na maioria das vezes não tem pressa em vender. Quem não tem café de qualidade encontra dificuldade para colocar o produto. É grande a expectativa quanto ao próximo plano de safra. Tem sido atribuído a autoridades da área declarações conforme as quais o sistema de financiamento à comercialização a ser anunciado objetivaria carregar para o próximo ano-safra parcela significativa da colheita de 2002.

Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg

No Rio Grande do Sul, a primeira safra 2001/02 de feijão já apresenta perda de 13% devido à estiagem prolongada. A falta de umidade do solo está dificultando o plantio da safrinha de feijão, a segunda safra 2001/02. Em Santa Cata-

Carlos Cogo é consultor da Carlos Cogo Consultoria Agroeconômica: www.carloscogo.com.br

EUA: estimativas da safra

Milhões de ha e t

Item	Soja	Milho	Trigo	Algodão
1. Produção				
Janeiro 2001/02	75,06	251,85	60,75	3,74
Dezembro 2001/02	79,55	242,48	53,29	4,37
Janeiro 2000/01	78,68	241,49	53,29	4,37
2. Área plantada				
Janeiro 2001/02	30,07	32,21	25,33	6,28
Dezembro 2001/02	30,43	30,76	24,12	6,55
Janeiro 2000/01	29,99	30,68	24,12	6,39
3. Exportação				
Janeiro 2001/02	27,16	49,20	28,88	1,47
Dezembro 2001/02	27,22	52,07	27,22	2,13
Janeiro 2000/01	27,49	50,17	27,22	2,13
4. Estoque final				
Janeiro 2001/02	6,75	48,24	23,84	1,31
Dezembro 2001/02	8,98	39,98	18,70	1,83
Janeiro 2000/01	7,76	39,17	18,26	1,87

Fonte: Usda, janeiro 2002.
*Em milhões de fardos de 480 libras

Mundo: produção e estoque de grãos

Milhões de t

Produto	Produção			Estoque final		
	2001/02	2000/01	Var. %	2001/02	2000/01	Var. %
Trigo	578,45	582,22	-0,6	445,18	489,86	-6,3
Arroz beneficiado	392,61	396,99	-1,1	153,43	163,35	-8,4
Grãos forrageiros*	870,54	856,00	1,7	125,42	137,01	-12,0
Milho	583,40	585,41	-0,3	166,34	189,00	-18,4
Soja	182,83	174,28	4,9	125,44	153,75	0,3
Farelo de soja	124,47	117,82	5,6	28,69	28,60	2,8
Óleo de soja	28,42	26,94	5,5	3,99	3,88	-6,3
Algodão**	96,68	88,52	9,2	2,38	2,54	13,1
Total***	1.841,60	1.835,22	0,3	445,18	489,86	-9,1

Fonte: Usda, dezembro/2001.
*Milho, sorgo, aveia, cevada e centeio.
**Em milhões de fardos de 480 libras.
***Trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado.

rina, também são registradas perdas na primeira safra 2001/02. Essa situação vem tendo implicação direta sobre a dinâmica dos preços. Por isso, ainda não se expressou plenamente a tendência ao declínio dos preços do produto, normal em períodos de entrada de safra. A primeira safra 2001/02 deveria crescer 23,2%, mas esse aumento não deverá se confirmar.

Frango vivo R$/kg

▲ A avicultura começa o ano aceleradа. O alojamento de pintos de corte continua a superar a casa de 300 mil cabeças. As grandes perspectivas vêm de fora, diante da possibilidade de as exportações repetirem a excelente performance de 2001. Com isso, a oferta interna permanece ajustada aos níveis de demanda. A preocupação surge com o aumento do preço do milho, que pressiona o custo da criação. O período de férias ameniza um pouco o consumo e os preços operam em R$1,15 o quilo no estado de São Paulo.

Milho amarelo semiduro R$/60kg

▶ O governo está preocupado com os efeitos da estiagem sobre a oferta. A quebra é de 15% no Rio Grande do Sul e de 30% no oeste de Santa Catarina, pólos da avicultura e suinocultura. As importações deverão passar de 600 mil para 1 milhão de toneladas. Isso complica o cenário do cereal, pois as ONGs ambientalistas são contrárias às compras de cereal transgênico. A produção da primeira safra recuou 50 mil hectares na área plantada e 2,7 milhões de toneladas na produção. As fichas ficam em cima da chamada safrinha ou milho segunda safra, com uma expectativa de colheita superior a 8 milhões de toneladas, o que é muito incerto. Os preços no interior de São Paulo oscilam com firmeza em R$12,00 a saca, apesar da perspectiva de chegada de produto da safra de verão.

Soja-grão industrial R$/60kg

▼ Estima-se que 40% da safra brasileira de soja de 2001/02 já tenham sido comercializados antes da colheita. Na safra 2000/01, esse percentual ficou entre 20 e 25% em igual período. O dólar valorizado permitiu bons negócios aos produtores, mas, como algumas empresas apostaram que a moeda norte-americana continuaria em alta, houve negócios com preços fixados em reais num momento em que o dólar atingia seu pico de R$2,83. A perspectiva de preços mais baixos para a soja neste semestre, em função da maior produção mundial e dos altos estoques internacionais, deve impor lentidão à comercialização do produto nesta safra. As empresas não terão pressa de comprar soja e a comercialização será da mão para a boca. Os primeiros volumes de soja da safra nova já começam a chegar ao mercado.

MERCADO EXTERNO

Açúcar USc/lb. peso mundial branco

▼ A tendência dos preços internacionais do açúcar para este ano é baixista. Maior exportador mundial de açúcar, a expectativa é de que a produção de cana no Brasil cresça pelo menos 10%. A situação, porém, não é parecida com o ciclo 1999/2000, quando os preços internacionais na Bolsa de Nova York estavam cotados abaixo de cinco centavos de dólar por libra-peso. Naquela época, uma conjunção de fatores contribuiu para que as cotações desabassem. Os estoques de açúcar naquele período atingiram 35,5 milhões de toneladas, 18% a mais que os estoques de passagem estimados para a nova safra, a 2002/03, de quase 30 milhões de toneladas. Na safra 2001/02, os estoques de passagem devem ficar em 33,5 milhões de toneladas. Na atual safra, o intervalo de preços deve ser de seis a sete centavos de dólar por libra-peso.

Algodão 1-1/16" USc/lb. peso

▼ A estimativa de produção mundial é de 21,05 milhões de toneladas em 2001/02, 9,2% mais do que na temporada anterior. O consumo mundial, ao mesmo tempo, deve cair para 19,9 milhões de toneladas (0,3%), com o conseqüente aumento dos estoques em 9,6 milhões de toneladas (13,1%). O quadro é, portanto, bastan-

MERCADO INTERNO

	jan. 2001	dez. 2001	01 a 23 de Jan.	17 a 23 de Jan.	Tendência
Algodão (6) Sul do Brasil[1] – $/15kg disp.	36,25	28,55	29,81	30,65	Estável
Arroz agulhinha[2] – R$/sc. 60kg	37,66	44,58	43,94	43,50	Estável
Boi gordo[3] – R$/arroba	43,97	46,78	46,56	46,34	Baixa
Café tipo 6[4] – R$/sc. 60kg	158,78	123,36	127,40	126,45	Estável
Feijão carioquinha especial[5] – R$/sc. 60kg	59,14	52,56	65,00	63,20	Estável
Feijão-preto[6]	44,68	93,50	84,00	75,00	Estável
Frango vivo[7] – R$/kg	0,91	1,10	1,12	1,10	Alta
Milho amarelo semiduro[8] – R$/60kg	11,30	13,47	13,37	13,40	Estável
Soja-grão industrial[9] – R$/60kg	23,96	28,94	28,50	28,50	Baixa

Fontes: [1]Esalq/BM&F; [2]Bolsa de Cereais de São Paulo; [3]Esalq/USP; [4]BM&F; [5,6]Instituto de Economia Agrícola (IEA); [7]Associação Paulista de Avicultura (APA); [8,9]Bolsa de Cereais de São Paulo.

MERCADO EXTERNO: MÉDIAS DOS PRIMEIROS FUTUROS

	Açúcar US¢/lb. peso mundial[1]	Algodão 1-1/16" US¢/lb. peso[1]	Cacau Bahia US$/t[1]	Café contrato C, Nova York US¢/lb. peso[1]	Farelo de soja US$/t[2]	Milho two yellow US$/bushel[2]	Soja em grão one yellow US¢/bushel 60kg[2]	Suco de laranja US¢/lb. peso[1]	Trigo soft red US¢/bushel[2]
Janeiro 2001	10,11	60,56	917,62	66,01	179,24	216,35	477,52	76,01	282,13
Dezembro 2001	7,41	36,84	1.284,71	47,17	149,31	208,11	435,79	91,68	286,34
1 a 23 de janeiro	7,67	37,19	1.343,07	48,77	151,65	211,08	437,43	89,11	301,77
17 a 23 de janeiro	7,38	37,20	1.324,50	47,45	156,38	210,94	442,19	87,06	297,75

Fontes: [1]New York Security Exchange; [2]Chicago Board of Trade.

te negativo para o mercado internacional de algodão, com perspectiva de preços baixos. O estoque mundial deverá atingir o maior nível desde 1986, ou seja, em 16 anos.

CAFÉ CONTRATO C NOVA YORK US¢./LB. PESO

▼ Os preços externos do café arábica continuam apresentando movimentos predominantemente técnicos, em razão da relativa escassez de novos fundamentos de mercado. Como esperado, os centro-americanos aumentaram suas vendas, ainda que gradualmente e em quantidade inferior à que seria esperada para esta época do ano. De seu lado, as empresas comerciais permanecem retraídas, em posição confortável, conferida pelos estoques relativamente elevados em mãos de consumidores e pela certeza de que a quantidade ofertada pelas origens deverá crescer nas próximas semanas. Os grandes fundos de pensão têm realizado operações técnicas. Conforme os números da Commodity Futures Trading Comission, apresentam pequena quantidade de posições vendidas.

MILHO TWO YELLOW US¢./BUSHEL

▼ A estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos em janeiro não trouxe grandes novidades para o mercado, que continuou a operar em plena normalidade. As aquisições de produtos norte-americanos pela China foi muito bem recebida e serve para desovar os estoques carregados por aquele país. Os preços na Bolsa de Chicago operam em baixa, com contratos para entrega em março cotados a 212,75 centavos de dólar o bushell (US$83,75 a tonelada).

SOJA-GRÃO ONE YELLOW/BUSHEL

▲ A alta nos preços da soja nos EUA deve ser limitada na primavera e verão do hemisfério Norte. Apenas verdadeiros problemas climáticos na América do Sul permitirão altas mais elásticas nas cotações. Estima-se que os preços do produto nos EUA devam oscilar entre US$4,40 e US$4,50 por bushel. A projeção de estoques finais americanos ainda é superior à estimativa dos estoques finais da safra passada, situação que só muda se problemas climáticos realmente afetarem a produção argentina ou brasileira. A notícia altista é que a área plantada nos EUA deve recuar em 2002/03.

SOJA, FARELO DE US$/t

▲ A Ásia e a Europa devem intensificar o consumo de farelo de soja este ano. As exportações de EUA, Argentina, Brasil, China e Índia, juntos, aumentaram 23% no último trimestre de 2001 e ficaram em 13,3 milhões de toneladas. A dependência da soja sul-americana será maior ainda porque haverá pouca disponibilidade de produtos alternativos como girassol e farelo de peixe. A crise da vaca louca favorece a ampliação da demanda de farelo de soja. Com isso, o consumo de farelo de soja da União Européia deve crescer em 2001/02, devido ao impacto do embargo em todo o bloco de ração composto de restos de animais e farinha de osso.

TRIGO SOFT RED US¢/BUSHEL

▶ O Usda estimou menor plantio de trigo de inverno desde 1971 para a safra 2002/03, mas também projetou um aumento de 10 milhões de toneladas nos estoques mundiais do produto. A maior parte da recente pressão sobre o mercado de trigo dos EUA tem como base o pressuposto de que a Argentina irá gradualmente retomar suas exportações e de que seu produto será extremamente competitivo por conta da desvalorização do peso. A União Européia (UE) deve produzir 97,7 milhões de toneladas de trigo mole na safra 2002/03, volume 16,6% maior que os 83,8 milhões de toneladas colhidos em 2001/02.

Eleições e propostas



Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da Abag (Associação Brasileira de Agribusiness) e professor de economia rural da Unesp/Jaboticabal.*

Estamos entrando em um ano eleitoral da maior importância para o Brasil. Salvo alguns nomes já bem definidos, ainda não está claro quais serão os candidatos a presidente da República e mesmo a governadores em diversos estados importantes. É o momento adequado para se tratar em tese do assunto, sem atingir favorável ou negativamente este ou aquele candidato.

Já existem analistas afirmando que teremos saudades do governo FHC, que conduziu o país a avanços realmente significativos, e que não se vê no horizonte eleitoral ninguém com condições semelhantes às dele de manter ou ampliar as conquistas obtidas. Que não foram poucas, desde o combate à corrupção e a conseqüente eliminação de velhos políticos desonestos até a estabilização da economia, seu grande e indiscutível sucesso.

No entanto, sem dúvida muita coisa ficou para trás. É inaceitável, por exemplo, que a reforma tributária não tenha sido realizada. Pior: o mais eficiente instrumento legal nessa área, a Lei Kandir, vive sendo colocado na berlinda por certos governadores estaduais dotados de curta visão. Também a reforma política, a previdenciária e sobretudo a garantia de direitos básicos como o de propriedade e o de segurança individual e coletiva foram tratados de forma secundária, como se não houvesse convicção clara a respeito de tão importantes questões. Talvez seja essa a grande pergunta: esses e outros pontos não terão sido mesmo enfrentados por falta de convicção?

Mas foi na agricultura que a inexistência de linhas definidas de trabalho produziu os maiores danos nesses dois mandatos.

Enfraquecida desde o Plano Collor pelo trágico descasamento de índices – o IPC e a BTN –, a agropecuária vinha tentando se erguer quando foi atingida pelo Plano Real, que dividiu os produtores rurais em duas categorias: os devedores e os não endividados. Os primeiros, independente de sua tradição – devedores contumazes ou investidores que acreditaram no país e foram para a fronteira agrícola –, se transformaram em material de construção da chamada âncora verde do Real e se afogaram no novo descasamento. As dívidas dobraram em um ano, em função da famigerada TR, e os preços caíram 20% no período porque o governo não cumpriu a política de preços mínimos e ainda chamou os produtores de caloteiros.

E os que não deviam por qualquer razão – eram auto-suficientes ou não acreditaram no setor – são os produtores que hoje constroem a moderna agricultura brasileira, beneficiados por progressos como a liberação cambial e a própria Lei Kandir.

Para os primeiros, após o sacrifício e definitivo desaparecimento de muitos, o governo criou mecanismos como a securitização, o Pesa e o Recoop, que permitiram a continuidade da atividade, aos trancos e barrancos. E isto graças sobretudo ao esforço e persistência de um pequeno porém extraordinário grupo de deputados federais e senadores ligados ao agribusiness.

O governo central fez bem pouco em defesa da agricultura, inclusive não implementou os pontos propostos no Fórum Nacional da Agricultura, criado pelo próprio presidente.

As grandes conquistas foram obtidas pela visão dos ministros da Agricultura, particularmente Pratini de Moraes, que se empenhou vigorosamente na inserção mundial de nossa produção, trabalhando com denodo nas áreas ligadas à sanidade animal e vegetal e nas grandes negociações internacionais – OMC, Alca, Mercosul, UE.

Com o espírito desarmado, cabe aos produtores rurais e do agronegócio uma posição una e firme para as próximas eleições. Seja para presidente, governador, senador, deputado federal ou estadual, é preciso votar em pessoas que tenham clareza das legítimas demandas do agribusiness. Não podemos escolher candidatos com discursos bonitos, mas que jamais apoiaram o campo no passado ou, ainda pior, que prejudicaram o setor.

É fundamental escolher quem tenha uma política de renda para o campo, com instrumentos definidos que possam ser cobrados. Chega de arrivistas e falta de compromisso de eleitores e candidatos.

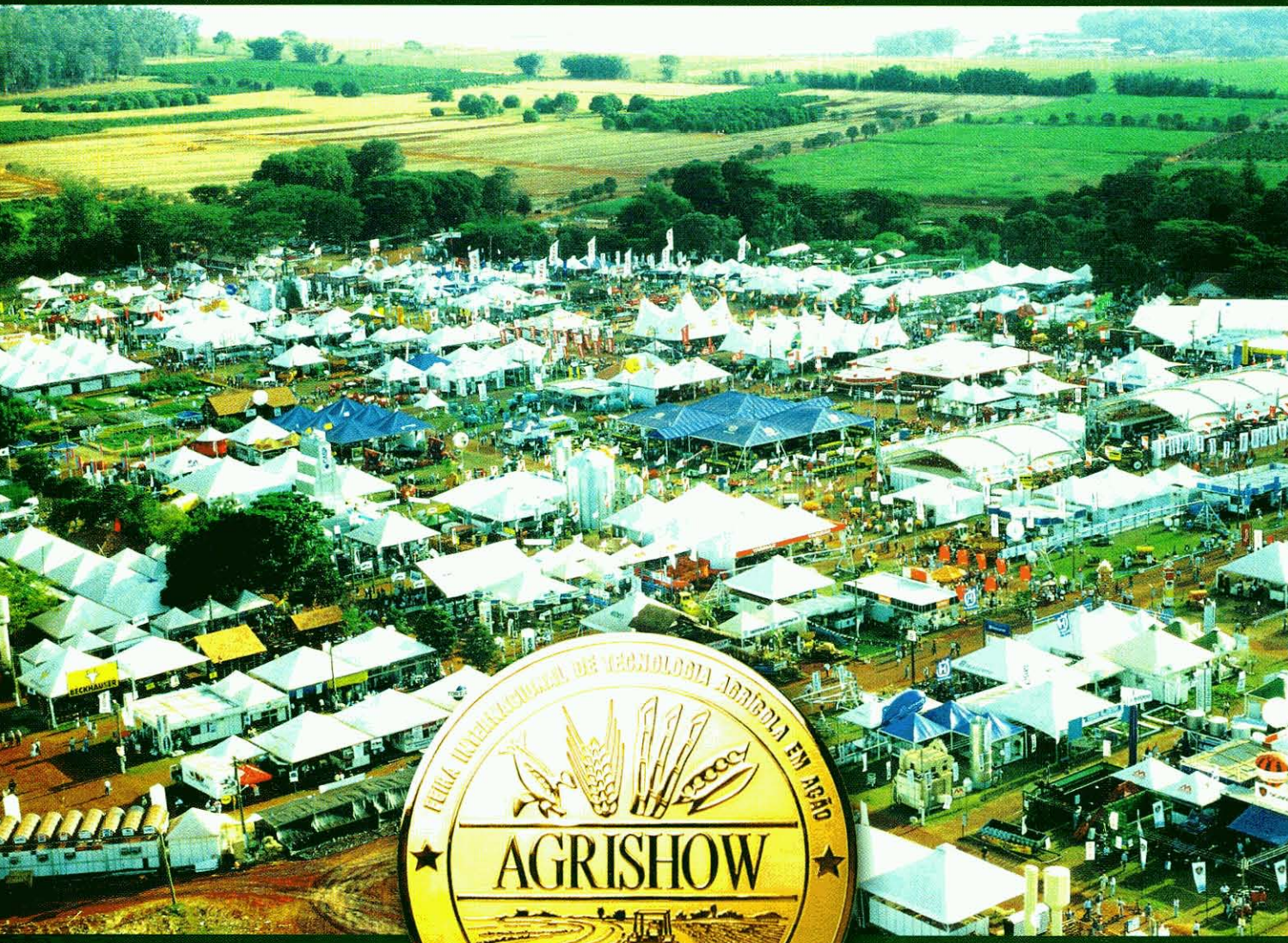
O presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados norte-americano, L. Combest, em recente visita ao Brasil, foi duríssimo ao dizer que ele e seus pares haviam sido eleitos por agricultores e para defendê-los iriam até o inferno. É disso que precisamos: de presidente, governadores e parlamentares identificados com nossos interesses rurais – os interesses reais do Brasil inteiro.

Por outro lado, não basta esperar quais as propostas dos candidatos para criticá-las ou apoiá-las. As entidades do agronegócio precisam preparar um plano de governo para o setor e submetê-lo aos candidatos. É preciso sair da posição passiva e ir para o ataque. Vamos dizer do que precisamos aos governos e apoiar quem aceitar nossas idéias.

AGRISHOW 2002

O MELHOR DA AGRICULTURA

A Força do Agronegócio para o Grande e Pequeno Produtor



FEIRA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA AGRÍCOLA EM AÇÃO
AGRISHOW
RIBEIRÃO PRETO - SP - BRASIL

ORGANIZAÇÃO

MAQ - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS

APOIO

DES/FINAME - ESALQ/USP - FINEP
IAC - UNESP JABOTICABAL

CO-REALIZADORES

ABRASEM - ACI - ACIRP
AEASP - ANDEF - FAESP - MAPA
OCB - OCESP - PMRP - SAA - SIMERS

REALIZADORES

ABAG - ABIMAQ - ANDA - SRB

De 29 de Abril a 4 de Maio de 2002

Ribeirão Preto - SP - Brasil

APOIO INSTITUCIONAL

AC

apta
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TRANSPORTADORA OFICIAL

TAM

PATROCINADORES

BANCO DO BRASIL

banespa

Bradesco

O nome da fábrica é mini mas a produtividade é MAXI



No início dos anos 90, quem visitasse um local de beneficiamento manual de castanha-de-caju no Nordeste do Brasil encontraria um processo totalmente artesanal e com baixa produtividade, trabalho sem treinamento, pouca higiene e elevada perda por quebra da amêndoa ou má qualidade da matéria-prima. Hoje é muito diferente.

A parceria da Embrapa Agroindústria Tropical com algumas empresas da iniciativa privada permitiu o desenvolvimento de uma linha de equipamentos que otimizou o beneficiamento da castanha em pequena escala. A partir de 1994, com a participação de diversos agentes da cadeia produtiva do caju, começou a implantação de "minifábricas" que, integradas, foram batizadas de Módulos Agroindustriais.

Os equipamentos que compõem as minifábricas preservam os atributos de integridade, sabor, cor e odor e ainda apresentam, em média, um índice de 85% de amêndoas inteiras, contra máximo 60% da indústria tradicional. Com uma gestão compartilhada e um agente de exportação para representá-los, as minifábricas prosperaram no Nordeste, tornando-se capazes de competir em qualidade nos principais mercados do mundo. E o que é melhor: aproveitando a mão-de-obra da região e melhorando a renda do trabalhador local.

Mais uma prova de que, com soluções às vezes mini, é possível fazer uma **maxidiferença** no desenvolvimento de toda uma região.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Embrapa

GOVERNO FEDERAL
Trabalhando em todo o Brasil